



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 38 - Nº 757 - DE 8 A 21 DE FEVEREIRO DE 2026 - R\$ 5,00



**Trump avança com a “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”**  
**O imperialismo norte-americano impõe o curso da barbárie social**

**A luta de classes caminha no sentido da resistência anti-imperialista**

**Emerge o programa da revolução social**

**ESTÁ POSTA A TAREFA DE CONSTITUIR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA**

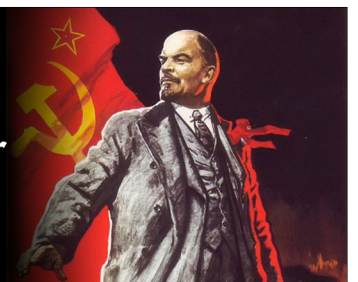
**O ano legislativo e judiciário se inicia com as fraturas nos poderes e com a decomposição da democracia oligárquica**

**A classe operária e demais explorados têm seu programa e seus métodos próprios de luta**

**CABE À VANGUARDA COM CONSCIÊNCIA DE CLASSE TRABALHAR PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DOS EXPLORADOS E CONSTITUIR UMA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA**

**102 anos do falecimento de Vladimir I. Lênin**

*Memória eterna ao dirigente da Revolução Russa, fundador da III Internacional e construtor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)*



# Trump avança em seus objetivos mundiais

## Acirram-se as contradições e mantem-se o curso da decomposição do capitalismo

### *Das condições objetivas, emerge o programa da revolução social*

A situação mundial está marcada pelos objetivos da “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”. Para alcançá-los, se estabeleceu como diretriz a “paz através da força”. O fundamento da política imperialista do governo Trump é de que “a força é o melhor fator de dissuasão”. Na prática, “a paz por meio da força” tem significado e resultado em ameaças, cercos, operações e intervencionismo militares a países que resistem em se sujeitar aos interesses norte-americanos.

O acontecimento mais recente foi o do cerco, invasão e sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Um antecedente de grande importância ocorreu com o bombardeio aéreo ao Irã. Esses dois países – um da América Latina e outro do Oriente Médio – se destacam como redutos do nacionalismo típico de nações semicoloniais, que como tais vinham resistindo à “paz” imperialista. Ou seja, resistindo à desnacionalização dos recursos petrolíferos.

A invasão fácil e bem sucedida da Venezuela resultou em transformar a cúpula do governo nacional-reformista em fanfoche. Ainda há, certamente, um percurso a ser vencido pela “paz por meio da força”, que é o de destroçar o regime nacionalista erguido por Hugo Chávez. As armas e as ameaças continuam apontadas ao governo interino de Delcy Rodríguez e Jorge Rodríguez.

O controle do petróleo venezuelano se tornou instrumento nas mãos de Trump para recrudescer o cerco a Cuba. O governo do México, por sua vez, se curvou diante da ordem da Casa Branca de também interromper o envio de petróleo à Ilha. O presidente Miguel Díaz-Canel denunciou o evidente objetivo de Trump de sufocar a economia cubana, e, ao mesmo tempo, levantou a bandeira de cooperar com os Estados Unidos, desde que se respeite a soberania do país.

Trump montou o mesmo cerco da Venezuela à Colômbia. Deixou claro que poderia ocorrer o mesmo que se passou com Maduro. O presidente Gustavo Petro se reuniu em Washington com o ditador mundial, oferecendo o tal do diálogo soberano. Logo em seguida, as Forças Armadas da Colômbia atacaram os guerrilheiros da ELN, assassinando cerca de 15 componentes. Petro procurou mostrar na prática que seu governo fará o que for possível para executar a diretriz de Trump que diz combater o narcoterrorismo. É bom lembrar que os Estados Unidos tiveram de retirar a denúncia de que Maduro fazia parte do Cartel de Los Soles. Sob a mesma justificativa da operação “Lança do Sul” de combater os cartéis narcoterroristas, os Estados Unidos enviaram navios de guerra ao Haiti. Trata-se de mais uma ação da reedição moderna da Doutrina Monroe.

O Irã acabou de contornar um levante popular que resultou em milhares de prisões e mortes. Esteve sob a ameaça de ataque militar pelos Estados Unidos. A derrota da insurgência não fez senão Trump ordenar o envio do porta-aviões USS Abraham Lincoln para as imediações do Irã, reproduzindo o

que os Estados Unidos fizeram no Mar do Caribe.

Não é de todo absurda a probabilidade de novos ataques ao Irã, agora com o objetivo de assassinar a cúpula governamental dos aiatolás, a exemplo dos assassinatos de militares e comandantes da Guarda Revolucionária. O governo iraniano se diz disposto a negociar os termos de pacificação com os Estados Unidos. Não se sabe ainda até que ponto existe a possibilidade do Irã evitar o intervencionismo norte-americano.

A ocupação da Faixa de Gaza pelo Estado sionista de Israel continua a saga das matanças, após a paz dos cemitérios ditada por Trump. O anúncio da constituição do “Conselho da Paz” propalado no Fórum Mundial de Davos, por enquanto se mantém como objetivo de Trump.

Os Estados Unidos voltaram a bombardear os nacionalistas do Estado Islâmico na Síria, indicando ao governo servil de Ahmed al-Sharaa, que derrubou o regime de Bahar al-Assad, que o imperialismo norte-americano exige do povo da Síria submissão. Os curdos sírios, que ajudaram os Estados Unidos a combater e destroçar o Estado Islâmico, integrando as “Forças Democráticas da Síria (SDF)”, acabam de sofrer um brutal ataque do governo Ahmed e de assinar um acordo de cessar-fogo, que inviabiliza a reivindicação de autonomia nacional. Trump usou os curdos e os abandonou diante do governo também opressor de Ahmed. Permanece a instabilidade no Oriente Médio e a ofensiva militarista dos Estados Unidos para se impor como poder incontestável na região.

A ameaça de anexação da Groenlândia permanece viva. Os Estados Unidos, nesse caso, têm de ser mais cautelosos, uma vez que atinge a Dinamarca e envolve a OTAN. A administração de Trump está segura de que uma ocupação militar não levaria a Europa a defender a ilha, recorrendo às armas. Ocorre que seria uma ruptura muito profunda com o velho continente. Os Estados Unidos precisam da aliança com o imperialismo europeu para uma futura confrontação com a China e Rússia. O essencial da questão reside no fato da necessidade imperiosa de impor amplos controles continentais e realizar anexações.

Trump deu também dois passos importantes em sua ofensiva na guerra comercial com a China. Reconciliou-se com o 1º Ministro da Índia, Narendra Modi, reduzindo o impacto das tarifas, tendo em contrapartida a interrupção da compra de petróleo da Rússia. Anunciou que selou um compromisso com o México, União Europeia e o Japão de garantia de acesso às terras raras – minerais críticos – de forma a não depender da China.

Acrescenta-se a esses acontecimentos, a indisposição de Trump de prorrogar por mais um ano o acordo de controle de armas nucleares (Novo Start). Tudo indica que o empenho dos Estados Unidos em impulsionar a escalada bélica implica fortalecer o armamento nuclear.

Internamente, agrava-se a crise política com a violência desfechada aos imigrantes. A resposta dos explorados aos assassinatos de Renée Good e Alex Pretti, em Minnesota, foi tão contundente que Trump se viu obrigado a recuar, pelo menos provisoriamente, na operação levada a cabo pelo Serviço de Imigração e Alfândega (ICE). A ameaça de intervenção militar no estado não demoveu as camadas oprimidas mais radicalizadas de protestarem por vários dias.

Trump não conseguiu se desfazer de seu vínculo com o empresário Jeffrey Epstein, que se valeu de suas riquezas e de suas relações com alta burguesia para montar uma rede de tráfico sexual. Esse escândalo expõe o grau de decomposição da burguesia norte-americana.

Os avanços militares, políticos e econômicos alcançados não reerguerão os Estados Unidos como a potência hegemônica que regeu o destino do mundo após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, depois da derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estão servindo à potenciação da guerra comercial, à projeção do militarismo e à preparação de um confronto bélico com a China. As contradições que estão na base da economia norte-americana são expressões concentradas da decomposição mundial do capitalismo. A impossibilidade de impulsionar as forças produtivas abriga em suas entranhas a barbárie social.

A “Estratégia de Segurança Nacional” do governo Trump vem alcançando êxitos devido ao atraso da organização do

proletariado e dos demais explorados, que se acham bloqueados pela política de colaboração de classes de suas direções. A resistência operária e popular, como a de Minnesota, vem ocorrendo nos países em que se manifestam as contradições do capitalismo em decomposição. A tendência geral é de polarização entre a riqueza concentrada e a pobreza disseminada. As bárbaras ações do imperialismo e de seus serviços nos países semicoloniais fermentam e potenciam a luta de classes.

Está posto para o conjunto dos trabalhadores a luta contra a bárbara ofensiva dos Estados Unidos por meio de um movimento de massas anti-imperialista. Concretamente, a resposta proletária exige a constituição da frente única anti-imperialista. Resistir e derrotar as ações do imperialismo resultam no combate ao capitalismo em decomposição e na marcha da luta de classes em direção ao socialismo.

Trata-se da vanguarda com consciência de classe agir firme e concentradamente em torno do objetivo de superar a crise de direção, construindo os partidos revolucionários e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. Tomando como ponto de partida as reivindicações elementares, os explorados se chocam com as variadas políticas burguesas e caminham no sentido do combate ao domínio da burguesia e da opressão imperialista. Os êxitos provisórios de Trump se converterão em fracassos nas condições de elevação da luta de classes e emergência do programa da revolução social.

## Abertura do ano legislativo e judiciário

### Crise política e escândalos no âmago dos poderes da República

O ano legislativo iniciou com a defesa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), e Hugo Motta (Republicanos), da Câmara de Deputados, sobre a ascendência ao Orçamento da União, em cuja entranha se encontram as emendas parlamentares, que foram implantadas no âmbito do “orçamento secreto”, sob o governo Bolsonaro, em 2020. Quanto ao judiciário, o seu início retomou a colocação da questão de se adotar um código de conduta no Supremo Tribunal Federal (STF). Pairou sobre a reabertura do ano judiciário o contundente caso da quebra do Banco Master. O Legislativo atravessou o ano de 2025 se chocando sistematicamente com o Executivo e o Judiciário.



De conjunto, os acontecimentos que envolveram os três poderes da república evidenciam o apodrecimento e decomposição da democracia oligárquica. O STF concluiu o julgamento do processo contra o ex-presidente Bolsonaro e sua cúpula militar em conflito com o Congresso Nacional, fortemente influenciado pela fração parlamentar bolsonarista e pelos partidos de centro-direita que guardam laços umbilicais com a ultradireita. Nesse marco, o governo Lula esteve intimamente aliado ao STF.

A tentativa do Judiciário interferir na utilização das emendas parlamentares e pressionar os seus chefes a serem “transparentes” no farto uso dos recursos públicos também foi um fator extremamente conflituoso do Legislativo com o Judiciário. Essa pendên-

cia também favoreceu politicamente o Executivo, que nada pode fazer sem estabelecer negociações com os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, que por sua vez são dirigidos pela fração majoritária de centro-direita, que conta a aliança da ultradireita.

Vencido o episódio do ataque do presidente Trump ao juiz Alexandre de Moraes, responsável pela condução do processo que levou à condenação de Bolsonaro, cuja defesa do país se deu em nome da soberania nacional, a quase unidade entre os três poderes – somente a ultradireita bolsonarista se colocou francamente do lado de Trump – se desfez e se retomou o curso dos conflitos.

Na reabertura do Legislativo, Alcolumbre e Motta apontaram o dedo contra o Executivo e o Judiciário exigindo que cessem as exigências sobre as emendas parlamentares. Aos poucos, se vem revelando os desvios, falcatruas e benesses do uso desenfreado das emendas parlamentares. Tudo indica a possibilidade de estourar um escândalo de corrupção.

A explosão do caso do Banco Master atinge a todos. O problema está em como expor a responsabilidade de cada um dos poderes da república, das autoridades e dos partidos da ordem capitalista. É bom lembrar que antecede esse escândalo o caso do roubo de dinheiro dos aposentados por meio de uma quadrilha politiquieiros e burocratas sindicais que atuavam no INSS. Até ago-

ra mais se acobertou do que demonstrou as vísceras da bandidagem. Paira no ar a ameaça de se abrir um inquérito para apurar as denúncias de envolvimento de Fábio Luis Lula da Silva, filho do presidente da República.

As revelações das fraudes financeiras do Banco Master empalideceram a CPMI do INSS. As ramificações das fraudes que elevaram o Banco Master às alturas acabaram por desmorná-lo e por impulsionarem a crise política que vinha ganhando força desde o fim da Operação Lava Jato e reabilitação dos direitos políticos de Lula, e que chegou ao seu ponto mais alto com a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Justamente porque a sua quebra e a sua liquidação pelo Banco Central puseram à luz do dia a rede ramificada embrenhada nas várias esferas do poder do Estado e do sistema financeiro é que se vem revelando a conta-gotas os seus agentes e parte sensível do edifício da corrupção que se encontra sob o segredo de justiça.

A particularidade dessa crise está em que atinge em especial os ministros do STF, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Esse último capitaneou o processo de condenação de Bolsonaro e seus aliados golpistas. Apenas o ministro Luiz Fux encontrou álibi para tirar o corpo fora. Ao se revelar que familiares de Toffoli e Moraes, proprietários de escritórios de advocacias, têm vínculos com o Banco Master, deu armas para os desafetos da ultradireita e centro-direita apontarem ao STF, e o denunciarem como uma camarilha interesseira. Ocorre que não se trata apenas desses dois magistrados. Inclusive Edson Fachin que agora apresenta o Código de Conduta e Luiz Fux que absolveu os golpistas estão na mesma condição, com a diferença de que seus nomes não aparecem no caso do Banco Master.

Os ministros do STF como todos que chegaram às altas Cortes fazem parte da casta de burocratas e politiquês. A intercessão entre interesses particulares e a função de juizes está a vista há muito tempo. Somente é questionada por setores da burguesia e por seus politiquês quando a crise política envolve profundamente os três poderes republicanos e se refletem como sintomas da decomposição da democracia oligárquica.

A República e a democracia, quando não o regime ditatorial, se assentam nas relações capitalistas de produção, exploração do trabalho, alta concentração de riqueza em posse da minoria e ampla pobreza e miséria da maioria oprimida. Os privilégios de casta emanam dessas relações econômicas e sociais. As fraudes e toda

sorte de corrupção se realizam sob o guarda-chuva da Constituição e do ordenamento jurídico que garantem o domínio da classe burguesa sobre a classe operária e as demais classes trabalhadoras.

Os escândalos que de quando em quando explodem – desde a democratização de 1985, as crises políticas são permeadas de denúncias e investigações que logo são contornadas, deixando suas sementes para logo mais brotarem – parecem um acontecimento inesperado como se não fossem inerentes à superestrutura política assentada no modo de produção e exploração do trabalho.

Como parte da abertura do ano legislativo, o Congresso Nacional se utilizou da iniciativa do governo de reajustar os salários de servidores do Senado e da Câmara de Deputados para acoplar o apêndice “Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico”. Sob esse nome pomposo, os parlamentares aumentam ainda mais os privilégios da casta burocrática. Possibilita benesses que elevam estratosféricamente os ganhos da alta cúpula.

Se já não bastasse o fabuloso teto de R\$ 46.366,19 estipulado para os ministros do STF, os demais burocratas do Legislativo passam a auferir ganhos ainda maiores, caso Lula não vete o que se denomina “penduricalhos”. Os “salários” dos nababos soam como um acinte diante de milhões de trabalhadores que têm de sobreviver com um salário mínimo de R\$ 1.621,00. O salário médio do país é de R\$ 3.613,00. Graças aos altíssimos ganhos dos nababos é que a média do funcionalismo é de R\$ 6.300,00.

Não se trata de uma simples aberração, mas da expressão concreta da polarização entre a riqueza e a pobreza, da superexploração da força de trabalho e da estrutura estatal baseada na formação oligárquica da burguesia brasileira. Chegou-se a esse ponto placidamente porque a classe operária se encontra desorganizada, seus sindicatos se transformaram em correia de transmissão da política burguesa e a construção do partido revolucionário ainda é embrionária.

A vanguarda com consciência de classe deve não só denunciar esse acinte, como mostrar o caminho da luta independente contra a exploração do trabalho, a pobreza, a miséria e o Estado burguês. Trata-se de defender imediatamente que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta pela defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, bem como pela derrubada das contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula.

## **Igrejas evangélicas citadas no escândalo do desvio de dinheiro do INSS**

A corrupção e os crimes praticados por setores evangélicos ligados ao Estado burguês não são fenômenos isolados ou excepcionais no país. Fazem parte da decomposição do sistema capitalista, que se manifesta por meio de sucessivos escândalos de corrupção em toda a superestrutura do Estado burguês.

As recentes denúncias envolvendo igrejas evangélicas no desvio de recursos do INSS, por meio de descontos ilegais em aposentadorias, bem como os esquemas de lavagem de dinheiro, associados ao Banco Master, revelam a profundidade dessa podridão. O caso veio a público durante uma entrevista da senadora ultradireitista Damare Alves (Republicanos), na qual afirmou que havia uma lista de igrejas envolvidas no esquema, uma vez que preside a CPMI do INSS. A fala da ex-ministra teve grande repercussão na mídia burguesa. A reação de alguns pastores, entre eles o demagogo Silas Malafaia, foi de ataque à senadora que, em seguida, revelou a lista das igrejas envolvidas.

Entre os denunciados está a empresa Clava Forte Bank, ligada à Igreja Batista da Lagoinha, apresentada como fintech ou instituição de pagamento vinculada ao Banco Master.

Esse fenômeno de corrupção nas igrejas adquire contornos ainda mais perversos nos países latino-americanos, onde as diferentes frações da burguesia se beneficiam da extrema pobreza da maioria para enganá-la e lucrar desavergonhadamente com a fé e a ingenuidade religiosa das massas.

A corrupção estrutural é parte inerente às instituições que compõem o Estado burguês — os governos, prefeituras, o parlamento, o sistema jurídico, as forças armadas, a polícia — formando um elo indestrutível entre os inúmeros agentes capitalistas privados e o poder público. Constitui, como dizia Engels, uma manifestação típica da dominação de classe da burguesia. O fato de tais escândalos virem à tona e atingirem os mais diversos setores (banqueiros, governadores, judiciário e igrejas) expressa não apenas a crise

profunda do capitalismo, mas também os choques e disputas entre as diferentes frações da burguesia, todas igualmente imersas neste lamaçal.

A ausência de um partido revolucionário solidamente estruturado no seio das massas permite que os partidos burgueses e reformistas, sigam iludindo os trabalhadores com a falsa esperança de que as instituições do próprio Estado burguês possam sanar a crise, corrigir os desvios e punir os envolvidos.

A corrupção e todo tipo de crime contra as massas trabalhadoras não serão extirpados enquanto perdurar o regime capitalista, responsável pela exploração e pela miséria da maioria oprimida. Sua superação exige que os explorados ganhem as ruas defendendo os tribunais populares e a revolução social, como única via para a construção de uma sociedade socialista, sem explorados nem exploradores.

## **Começam a funcionar as escolas cívico-militares do governo Tarcísio em São Paulo**

O modelo de escola cívico-militar no estado de São Paulo começou a funcionar oficialmente em 2/2. O Programa, instituído pela Lei Complementar Nº 1.398/2024, abrange por enquanto 100 escolas da rede, distribuídas por 89 cidades. Sua aplicação teve de superar alguns revezes judiciais, com pareceres contrários do Ministério Público Federal e da Advocacia Geral da União (AGU), ficando suspensa por cerca de cinco meses, sendo finalmente liberada pelo STF (Supremo Tribunal Federal). A previsão de gastos com o pagamento de policiais militares é de R\$ 7,2 milhões.



As imagens bárbaras desses conflitos circulam pela mídia e redes sociais, aumentando o medo dos pais e responsáveis, que viram alvo fácil de propostas demagógicas da direita e extrema-direita, prometendo acirrar a ditadura já existente nas escolas, como se essa fosse a única solução viável. Em outras palavras, os governos e a burguesia utilizam o medo das famílias para convertê-las em massa de manobra – o que não é um fenômeno novo, trata-se da escola sendo

utilizada como parte do aparato ideológico do Estado.

Trata-se de uma vitória política do governador ultradireitista de Tarcísio de Freitas/Republicanos, realização de uma promessa eleitoral voltada à base bolsonarista. Representa o avanço do movimento Escola Sem Partido e expressa o crescimento das tendências fascizantes. Seu objetivo é o aprofundamento da repressão aos movimentos sindical e estudantil, além da ampliação do controle político-ideológico, com o reforço da obediência cega de caserna, eliminação do pensamento crítico e imposição das ideias da classe dominante, da burguesia.

Seu início, no entanto, já contou com a divulgação de cenas de uma escola de Caçapava, no Vale do Paraíba, em que o monitor aparece escrevendo 3 palavras no quadro, sendo 2 com a grafia incorreta: “descançar” (com ç) e “continência” (sem o n depois do ê). O vexame expôs uma das incoerências do Programa, que, no discurso, propõe melhorar os índices educacionais a partir de um suposto controle da indisciplina dos jovens. Foi necessário apenas um dia para vir à tona o óbvio: substituir as aulas de Português, Matemática etc., com professores devidamente especializados, pelo ensino de comandos da chamada “ordem unida” (conjunto de movimentos padronizados da polícia), com monitores sem qualquer formação pedagógica, só pode levar a um desenvolvimento mutilado desses jovens.

Vale ressaltar que a justificativa relacionada ao problema da indisciplina encontrou e encontra apoio em muitas famílias, inclusive das camadas sociais mais empobrecidas. Isso porque o problema é real. A decomposição do ensino, como reflexo da crise do capitalismo, impõe uma deterioração das condições de vida da juventude, a qual, sem perspectiva de um futuro digno, expressa sua insatisfação de múltiplas formas, inclusive através da violência e de um ódio difuso, que se apresenta tragicamente pelas brigas entre estudantes, agressões a professores e funcionários, depredação do espaço etc.

O problema está em que essa arrematada de setores dos explorados não encontra uma resposta à altura por parte dos movimentos organizados dos trabalhadores e da juventude. Os sindicatos da educação e as entidades estudantis (UNE, UBES, UMES etc.) se limitaram às notas protocolares de repúdio. Não houve um movimento unificado e centralizado nas ruas pela derrubada do Programa. E uma das principais explicações se encontra no eleitoralismo das correntes políticas que dirigem esses movimentos (PT e PCdoB, principalmente), dado o receio de chocar justamente com esse conservadorismo de parte da população – o que levaria à perda de votos.

A consolidação do Programa coloca aos trabalhadores em educação, estudantes e suas famílias a difícil tarefa de nadar contra a corrente. É preciso reconhecer o atraso e trabalhar pela superação dos obstáculos impostos pelas direções capituladoras e retomar a mobilização contra as escolas cívico-militares, levantando a bandeira da reconversão ao modelo civil e expulsão da polícia das escolas. Essa reivindicação deve ser combinada com a defesa das necessidades concretas que emergem do chão de escola, como a luta contra a precarização, o autoritarismo, a privatização, a plataforma, entre outras. A Corrente Proletária defende a bandeira de sistema único de ensino, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, sob controle de quem estuda e trabalha, e vinculado à produção social.

A superação da escola de classe, imposta pelos capitalistas, com todos os seus problemas, dentre eles o da violência, depende da mobilização dos oprimidos no campo da independência de classe. A destruição dessa escola apodrecida, sem sentido para os jovens, e a construção de uma nova escola, democrática, crítica e que estabeleça o vínculo entre teoria e prática terá de se dar como parte da luta mais ampla pela transformação da sociedade, ou seja, é parte do programa da revolução proletária.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Janeiro/2026

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Sul

## Fora Estados Unidos da Venezuela e da América Latina!

### Defesa incondicional da Venezuela e do governo Maduro

### frente ao ataque dos EUA

### O petróleo da Venezuela pertence aos venezuelanos

*Constituir a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária, para derrotar o imperialismo e defender a soberania nacional da Venezuela e das demais nações oprimidas*

Logo depois de sequestrar o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e sua esposa, em 3 de janeiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump declarou abertamente que seu objetivo é o de controlar (entenda-se: roubar) a maior reserva de petróleo do mundo, que se encontra na Venezuela. Para sequestrar Maduro, Donald Trump mandou bombardear bases militares e prédios civis matando 80 pessoas, entre militares e civis.

Nas últimas décadas, os Estados Unidos vêm perdendo influência e mercados na guerra comercial com a China. Por isso, Trump decidiu sancionar com tarifas de importação e fazer ameaça direta de intervenção militar aos países e governos que não se submetem aos seus interesses. Isso é o que está fazendo na Venezuela.

Trump primeiro ordenou um bloqueio naval no Mar do Caribe. Bombardeou vários barcos matando mais de 70 pessoas. Sequestrou e roubou 3 buques que transportavam petróleo. Tudo isso para tentar quebrar a economia da Venezuela e colocar no poder um governo vassalo que permita às petroleiras americanas explorarem o petróleo e demais riquezas do país.

No Brasil, representantes da ultradireita bolsonarista como o Dep. Nicolas Ferreira, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e outros capachos de Trump, comemoraram o ataque dos Estados Unidos à Venezuela. O governo burguês de Lula por sua vez, mostrando seu caráter entreguista, permite que multinacionais petroleiras como as norte-americanas Chevron e ExxonMobil, explorem o petróleo brasileiro. Enquanto Donald Trump ataca a Venezuela, Lula declarou recentemente que “ficou amigo” de Donald Trump. A burguesia nacional e seus governos entreguistas são incapazes de defender a soberania nacional.

Somente a classe operária unida, por meio de suas próprias organizações, seus métodos de luta e seu programa revolucionário, pode dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofensiva imperialista.

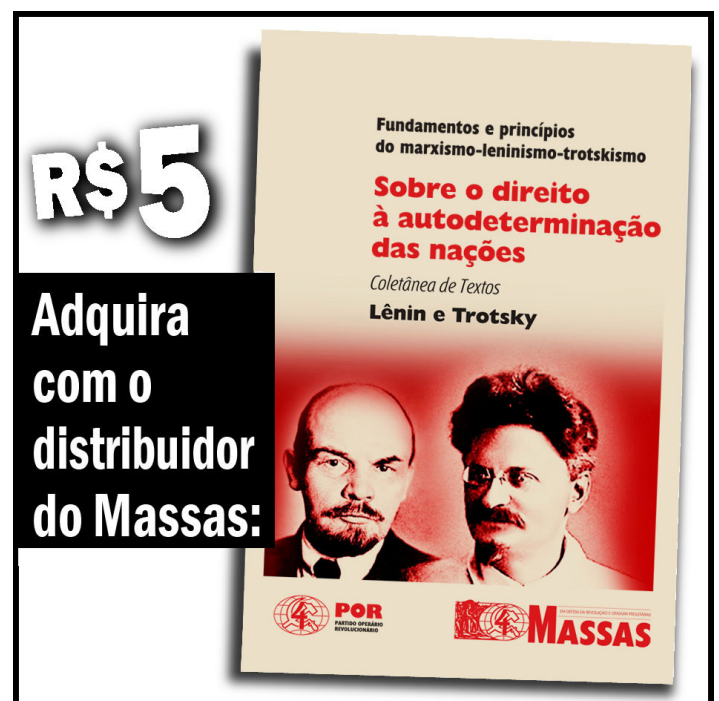
Depois de sequestrar o presidente da Venezuela, Trump ameaçou fazer o mesmo com o presidente da Colômbia e falou que pretende anexar a Groenlândia. Em 1964, os Estados Unidos para combater o movimento operário que se levantava em greve no Brasil, financiou o golpe de Estado que derrubou o governo de João Goulart e estabeleceu a ditadura militar até 1985, prendendo, torturando e assassinando mais de 10 mil trabalhadores.

*O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais explorados a defender de forma incondicional a Venezuela e não acreditar na conversa fiada de que os EUA estão lutando contra o*

*“narcotráfico” ou “defendendo a democracia”. Trump representa os interesses das petroleiras e já declarou que seu objetivo é o de transformar outra vez a América Latina em seu quintal para saquear o petróleo e seus recursos naturais. Devemos responder às ameaças e intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela e na América Latina, organizando um movimento anti imperialista.*

*A tarefa colocada é a de organizar a frente única antiimperialista, da maioria oprimida, liderada pela classe operária para combater a burguesia nacional entreguista, expropriar e estatizar sem indenização e sob o controle operário as multinacionais e empresas privadas, expulsar o imperialismo e constituir nosso próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.*

*O Nossa Classe chama os operários a exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, para defender o programa próprio de reivindicações, expulsar o imperialismo da Venezuela e da América Latina e defender a autodeterminação das nações oprimidas.*



**R\$5**

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

**Sobre o direito à autodeterminação das nações**

Coletânea de Textos

**Lênin e Trotsky**

**Adquira com o distribuidor do Massas:**

**POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

## Mais um capítulo da ofensiva patronal combinada com a capitulação da burocracia sindical

*Perante a ofensiva imperialista, Gerdau socializa os prejuízos e privatiza os lucros*

*Sindicato só tem a “negociação” para oferecer aos trabalhadores*

Para salvaguardar e impulsionar sua taxa de lucro, o patronal descarrega a crise capitalista sobre as costas dos trabalhadores. Como resposta ao tarifaço de Donald Trump, a Gerdau, que já fechou 1.500 postos de trabalho entre janeiro e julho de 2025 em unidades do interior de São Paulo, agora impõe perdas significativas na PLR aos operários de Sapucaia do Sul, ou seja, transferindo a comanda do imperialismo aos trabalhadores brasileiros. O arrocho salarial, a retirada de direitos e a chantagem permanente sobre os empregos são mecanismos clássicos da patronal diante do aprofundamento da crise capitalista. Enquanto isso, a riqueza produzida segue concentrada nas mãos dos acionistas.

Grave também é o papel desempenhado pela direção do sindicato, que invés de organizar a resposta coletiva, convocando as assembleias para discutir um programa próprio da classe operária a ser defendido com a greve, unificando a luta com outros setores, preferem empurrar a categoria para a passividade das negociações. Esse método serve para conter a revolta operária e conduzir acordos rebaixados, apresentados depois como “o possível”. Desse jeito, o sindicato deixa de ser instrumento de luta e se transforma em correia de transmissão dos interesses da empresa.

A classe operária precisa se impor, desautorizando as negociações de gabinete que o sindicato oferece, exigindo a ruptura com essa política conciliadora, utilizando seus próprios métodos his-

tóricos de luta. A única língua que a patronal entende é a greve!

Diante da guerra comercial e da intervenção estadunidense no Brasil, através do tarifaço, a oposição burguesa ultradireitista, liderada por Bolsonaro, se mostra totalmente subordinada aos interesses de Donald Trump. O governo Lula, deixando claro que é defensor dos capitalistas e não dos trabalhadores, anunciou um plano de ajuda de R\$30 bilhões aos empresários, que estão fechando fábricas e demitindo.

A classe operária e os demais trabalhadores iniciam o ano ameaçados de arcar com mais contrarreformas. O reajuste do salário mínimo pouco acima da inflação mantém a pobreza e a miséria da maioria oprimida. A informalidade e a terceirização continuarão.

*O Boletim Nossa Classe levanta a bandeira da Frente Única Anti-imperialista, liderada pela classe operária, na defesa dos salários, empregos e direitos! Defende que os sindicatos convoquem assembleias gerais em todos os setores. A tarefa colocada é a de derrotar o imperialismo e a burguesia nacional entreguista com os métodos da revolução proletária e com o objetivo de constituição do governo operário e camponês. O ponto de partida é o da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, em defesa do programa próprio de reivindicações.*

## PLR é um mecanismo de rebaixamento salarial

*Devemos lutar pela escala móvel de salário e de horas de trabalho*

A PLR cumpre a função de substituir aumentos reais de salário por uma remuneração incerta, condicionada aos critérios impostos unilateralmente pela empresa. Em vez de incorporar o valor produzido ao salário, que deveria ser reajustável de acordo com a inflação real, a PLR transforma parte do salário em prêmio eventual, submetendo o trabalhador às metas de produtividade, ou seja, à intensificação do ritmo de trabalho.

No capitalismo em decomposição, a PLR é utilizada para transferir os riscos do negócio aos trabalhadores. A empresa apresenta a PLR como generosidade, mas quando tem supostos “prejuízos”, como no caso recente da Gerdau, os trabalhadores são chamados a “dividir as perdas”, mesmo não tendo qualquer controle sobre a gestão, sobre os investimentos etc. Trata-se de uma fraude, porque quem produz a riqueza não decide nada.

Por isso, denunciamos que ao negociar PLR no lugar de salário, as direções sindicais ajudam a rebaixar o piso da categoria, fragmentam a remuneração e abandonam a luta por reivindicações próprias da classe operária, como o salário mínimo vital, como a escala móvel de salários e da jornada de trabalho.

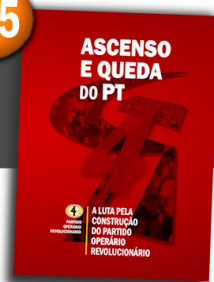
*O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta para defender um programa próprio de reivindicações dos explorados, tendo como centro a luta pelo salário mínimo vital, que de acordo com o DIEESE, para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$7.106,83.*

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

**ASCENSO E QUEDA DO PT**

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).  
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em  
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSO O NOSSO  
SITE E REDES SOCIAIS  
ATRAVÉS DO QR CODE



Boletim Nossa Classe - Correios

## **Suspensão do Dissídio por liminar do STF expressa a brutalidade do desmonte das estatais pelo governo burguês de Lula**

*Reerguer o movimento grevista com independência política diante de mais esse ataque!*



O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu decisão liminar no dia 26 de janeiro de 2026 suspendendo parte do dissídio coletivo de greve dos trabalhadores dos Correios, julgada pelo TST, em dezembro de 2025. A medida se deu após o recurso da Empresa brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A medida suspende temporariamente o ticket extra (vale-peru), dispositivos ligados ao plano de saúde, pagamento de 200% para o trabalho em dias de repouso e feriados e gratificação de férias de 70%. Essas cláusulas permanecem suspensas até o julgamento definitivo do processo pelo STF. O STF justifica a decisão alegando que o Tribunal Superior do Trabalho teria extrapolado os limites de sua atuação, por um lado, e por outro, aponta para o impacto financeiro da decisão do TST sobre os cofres da estatal. A decisão é um desdobramento da postura da direção dos Correios nomeada pelo governo Lula de levar ao âmbito judicial a mobilização dos trabalhadores da estatal em defesa de suas reivindicações.

O acordo rebaixado e limitado, negociado pelas burocracias sindicais no âmbito da justiça burguesa em dezembro de 2025 para pôr fim à greve dos trabalhadores dos Correios, está suspenso em um momento em que a estatal se encontra em vias de degradação e desmonte, e apresenta um plano chamado de “reestruturação”,

que prevê demissão massiva de 15 mil trabalhadores e o fechamento de 1 mil unidades dos Correios, a venda de imóveis, corte de R\$ 700 milhões do plano de saúde, num descarado ataque ao emprego e às condições de vida dos trabalhadores em geral.

As direções do SINTECT- SP, vinculadas a CTB (Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil) em resposta à medida do STF se limitaram a debater a questão com deputados do PT e a acompanharem a trama judicial. Têm já em vista a campanha eleitoral à reeleição do governo burguês de frente ampla Lula/Alckmin e por isso agem pacificamente freando a luta dos trabalhadores.

É preciso retomar a greve por tempo indeterminado iniciada em dezembro de 2025 para barrar a destruição dos Correios e, conseqüentemente, do emprego e das condições de trabalho por meio da organização da luta com independência política.

*O Boletim Nossa Classe convoca os operários e operárias da estatal a organizarem a luta em defesa de um salário mínimo vital (segundo o DIEESE é de R\$ 7076,00), escala móvel das horas de trabalho, redução da jornada sem redução salarial, estabilidade no emprego. Defende ainda a unificação da luta dos trabalhadores dos Correios com os demais explorados com os métodos próprios da classe operária, que são a greve, fechamento de ruas e avenidas, ocupação dos locais de trabalho.*

*Unificar a luta da classe operária e demais trabalhadores de todos o país.*

*Que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Aprovar a greve geral para impor as reivindicações ao governo burguês de Lula.*

*Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização.*

*Fim da Escala 6x1. Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários!*

*Pela reestatização das estatais privatizadas, sem indenização e sob o controle operário.*

Pernambuco

## **Direção do Sindsifpe convoca eleições virtuais para período de férias**

A gestão do Sindsifpe (seção do Sinasefe dos servidores do IFPE) encerra agora no início de 2026. A gestão composta por MEP/PCB e coletivo 1º de Maio (PT) já apresentava problemas organizativos, com abandono da maioria dos diretores desde o primeiro semestre do ano passado. Por isso, por iniciativa da diretora do MEP foi constituída comissão eleitoral para o biênio 2026-2028 em setembro de 2025. Porém, os problemas organizativos da gestão se estenderam às dificuldades da comissão, que ficou todo o segundo semestre sem apresentar o regimento e cronograma eleitorais, apresentados às vésperas das festividades e férias da maioria dos campi em 22 de dezembro de 2025. O calendário de inscrição de chapa foi de 07 e 16 de janeiro. No dia 19 de janeiro a Comissão

eleitoral divulgou uma nota de que não houve nenhuma chapa inscrita.

O abandono da gestão, principalmente por diretores do PT, não significou renunciar ao aparato, visto que para participar do 37º Congresso Nacional do Sinasefe formaram chapa, que representou a gestão, e fizeram campanha para obtenção de votos suficientes para eleger todos os seus candidatos a delegados. Este Congresso ocorreu entre 11 e 14 de dezembro de 2025, no Rio de Janeiro, e teve como principal objetivo aprovar o apoio à reeleição de Lula. Ou seja, o abandono da gestão, sem convocação das assembleias nos campi e distanciamento da base, se dá como parte da política governista de blindagem ao governo Lula. Após a greve de 2024,

com assinatura do acordo que sequer foi cumprido pelo governo, a burocracia do PT tem atuado para não retomar a mobilização da categoria, que em assembleia do IFPE rejeitou ao acordo rebaixado que levou ao fim da greve.

O grupo de oposição, ao qual fazemos parte, também participou do 37º Congresso, com formação de chapa, onde conseguimos votos para eleger 2 de nossos delegados e 1 observador. Defendemos que o Congresso servisse para organizar a greve pelo atendimento do acordo de greve e contra a Reforma Administrativa.

A Corrente Proletária/POR trabalha por construir uma chapa de oposição (atualmente assinando como Coletivo Oposição), com os que compuseram chapa conosco nas últimas eleições e com os que atuaram na greve de 2024. Convocamos plenárias para discussão do programa da chapa e fizemos passagem nos campi, divulgando a luta em defesa do acordo de greve, contra a Reforma Administrativa, divulgando o processo eleitoral e fazendo campanha de filiação. A atual gestão entrou em contato repassando nomes

de servidores próximos a eles e que seriam possíveis interessados para compormos chapa, o que demonstrava que não estavam dispostos a se reelegerem, e, que a eleição para o sindicato pode ser conduzida alheia à maioria dos servidores, sem campanha eleitoral que fomentasse o debate, em um processo antidemocrático de eleições completamente virtuais durante as férias dos servidores.

Diante desse burocratismo, no período de inscrição das chapas, o grupo de oposição fez uma carta com o título “Abaixo eleições nas férias”, como forma de justificar nossa ausência no processo eleitoral. Defendemos a necessidade de eleições na volta às aulas, com rodada de assembleias presenciais nos campi, como parte da campanha de fortalecimento do sindicato a partir da organização da base por suas reivindicações, e que tendo sido aprovado o indicativo de greve no 37º Congresso é necessária a organização dos servidores para uma luta ativa, que a construção das chapas e processo eleitoral sirva para mostrar que o sindicato é nosso instrumento de luta, independente de governos e da burocracia institucional.

## Fasubra

# Direções burocráticas agem para bloquear unidade grevista e blindar a governabilidade da frente ampla

Com 161 delegados sindicais de 38 sindicatos filiados, a 1ª Plenária Nacional Geral (PNG) da Fasubra de 2026 aconteceu em Brasília nos dias 24 e 25 de janeiro. A PNG anterior, de 19 e 20/12, orientou rodada de assembleias para avaliar o indicativo de greve para 02/02 ou 23/02, na qual 16 sindicatos aprovaram o indicativo para 02/02 e 10 para 23/02. Assim, a PNG estava diante da tarefa de deflagrar a greve para 02/02/2026.

Refletindo a divisão da PNG anterior, a PNG aprovou, por treze votos de diferença, indicativo de greve para 23/02. Essa decisão, contrária à decisão majoritária das assembleias, foi prejudicial para a categoria, pois significava deixar o governo e o parlamento de mãos livres para aprovar o PL N.º 6170/2025 no retorno do recesso legislativo em 02/02. Junto a isso, a mesa da PNG manobrou e impôs a “continuação” da PNG, em formato virtual, no sábado seguinte (31/01), com pauta única de avaliação da reunião com o governo no dia 27/01 sobre o texto do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) do PL N.º 6170/2025.

Na PNG Virtual, seguindo a movimentação das direções colaboracionistas, verificou-se que a ampla maioria dos sindicatos aprovou “aceite” às negociatas. Somente 4 sindicatos, entre os quais o SinTUFABC, rejeitaram o RSC do governo. O “aceite” da “negociação” expressou mais uma capitulação às imposições do governo Lula/Alckmin, por meio da concordância com um RSC que exclui trabalhadores aposentados e pensionistas, em estágio probatório, doutores, e institui várias limitações para a concessão aos trabalhadores em atividade.

Conforme acordado entre o governo e o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados aprovou por aclamação, em 03/02, o Substitutivo do PL N.º 5874/2025, contendo o “RSC negociado” e outras imposições governamentais, como o ataque à jornada flexibilizada (redução da jornada sem redução salarial) e a contratação temporária para atendimento a Pessoas com Deficiência (PcD) nas Instituições Federais de Ensino (IFEs). Assim como ocorreu no PL N.º 1466/2025, as propostas de emendas foram sumariamente rejeitadas, expondo o cretinismo parlamentar alimentado pelas direções.

As primeiras assembleias sindicais que discutiram a deflagração da greve para 23/02 foram a do SinTUFCE, em 04/02, e a do SinTUFF, em 05/02. A do SinTUFCE, cuja direção é governista, rejeitou a deflagração e suspendeu o estado de greve por unanimidade, ao passo que a do SinTUFF, cuja direção é independente do go-



verno, aprovou a deflagração da greve, também por unanimidade. Como se vê, segue colocada a divisão da categoria nacionalmente.

A Corrente Proletária/POR, que interveio na última PNG com os Boletins Sindicais N.º 70 e 71 e pronunciamentos defendendo a deflagração da greve para 02/02 e combatendo as manobras das direções sindicais, principalmente no que se refere à quebra da unidade da categoria, entende que a retomada da greve está mais do que posta. Afinal, o governo rasgou o TAG. Diversos itens, como o RSC e os macrocargos aguardam regulamentação. Os salários estão arrojados e as condições de trabalho degradadas.

Nesse sentido, seguiremos defendendo a greve unificada, pelo cumprimento integral e imediato do TAG, pela reposição integral e imediata das perdas salariais (24,15%), pela incorporação dos auxílios no vencimento básico, financiamento integral do orçamento da educação pelo Estado, dentre outras reivindicações.

*Chamamos os trabalhadores com consciência de classe a fortalecerem a organização sindical independente dos governos e reitorias por meio da construção da Corrente Proletária/POR e de uma fração sindical antiburocrática e classista no interior dos sindicatos.*



São Paulo - Nota da Corrente Proletária

## Reunião do Conselho Estadual voltado para a reeleição de Lula e incapaz de responder aos ataques de Tarcísio

A primeira reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER) ocorreu no dia 31 de janeiro, na quadra da Escola de Samba Rosas de Ouro. A pauta organizada pela burocracia contava com uma mesa de debatedores da conjuntura política, representada por Gilmar Mauro (coordenação do MST), Juliano Medeiros (ex-presidente do PSOL) e João Pimenta (Direção Nacional do PCO). Uma parte de informes gerais e da eleição da diretoria da CNTE que ocorreu em 17 de janeiro, além informes sobre a eleição da Apeoesp (maio/26) com a determinação da composição da comissão eleitoral (majoritariamente da burocracia). Outra mesa com os movimentos sociais, centrais e burocracia dos sindicatos dos servidores. Por último, o ponto sobre as campanhas da Apeoesp, tendo como centro a data da primeira assembleia para 2026.

Os palestrantes foram uníssonos na defesa da reeleição de Lula e de uma bancada de deputados “progressistas”, destacando a reeleição da presidente da Apeoesp, Maria Izabel. O representante do PSOL foi o mais eleitoreiro, assinalando a repetição da polarização nas eleições de 2022 e que a tarefa é derrotar o bolsonarismo. O do MST lamentou o fato de Lula não desapropriar terras para os assentamentos, colocou-se pelo “projeto popular” para o Brasil e concluiu dizendo que espera que Lula vença as eleições para impedir que a direita retome ao poder. O dirigente do PCO, criticou o governo de frente ampla e se posicionou pela constituição de um programa de esquerda para eleger Lula e mudar o Brasil. Como se vê, todos alinhados com a política da burocracia sindical de usar os sindicatos, no próximo período, como comitês “populares” (eleitorais).

No entanto, esse primeiro CER aconteceu em contexto de atribuição caótica de aulas ao conjunto dos professores da rede estadual. Uma atribuição onde muitos efetivos não conseguiram completar sua jornada ou, se conseguiram, foram obrigados a aceitarem várias escolas. Além disso, os professores contratados (categoria O), em sua maioria, ficaram desempregados ou subempregados. Somado a isso, aqueles que não foram reconduzidos em suas escolas por seus diretores, irão amargar três anos de suspensão de contrato.

Diante desse quadro nefasto de desemprego e subemprego, a Corrente Proletária exigiu que a pauta determinada pela burocracia fosse modificada, dando prioridade ao debate sobre a campanha contra os ataques do governo de Tarcísio de Freitas/Feder. A mudança foi rejeitada. Mas, no decorrer da reunião, a direção se viu obrigada a ceder e discutir os problemas acarretados pela atribuição. Propôs um ato para o dia 11 de fevereiro e a assembleia somente para o dia 6 de março. Ou seja, em março aqueles que estão com aulas garantidas, mesmo que subempregados, estarão envolvidos e engolidos pelo cotidiano escolar; os que ficaram desempregados ou excluídos da rede de ensino por 3 anos terão de buscar outras alternativas de sobrevivência.

A Corrente Proletária fez a defesa da necessidade urgente de uma assembleia. Propôs o dia 6 de fevereiro, com indicativo de greve, pois entende que a situação é muito grave e os professores e funcionários já estão cansados da ladainha da burocracia da Apeoesp de protelar a luta contra esses ataques sistemáticos do governo. Defendeu um conjunto de reivindicações que unificam os professores que são: 1) Efetivação de todos os professores categoria O que estavam trabalhando no ano de 2025; 2) Abertura das salas e turnos fechados; 3) Salas de aula com no máximo 25 alunos; 4) Reajuste imediato de salários. Nada de complemento de Piso! Reposição das perdas salariais e 5) Fim das contrarreformas do Ensino Médio, do PEI e outras contrarreformas governamentais.

Concluído o debate sobre a situação crítica dos professores e tendo sido aprovadas as propostas imobilistas da burocracia da Apeoesp, pode-se verificar que o verdadeiro objetivo do Conselho de Representantes foi o de constituir os comitês eleitorais em todas as subsedes, visando a reeleição de Lula e os parlamentares do PT e de partidos aliados

*É urgente que a vanguarda com consciência de classe organize a fração revolucionária, visando a recuperação do sindicato para a luta. O que significa combater a burocratização e a estatização da Apeoesp.*

São Paulo

## Demissão dos professores por perseguição política

*Somente com a greve é possível enfrentar Tarcísio/Feder*

O governador Tarcísio de Freitas criou um mecanismo de avaliação de desempenho para demitir centenas de professores contratados e subempregar dezenas e dezenas de professores efetivos. Usou os diretores de escolas para impor as avaliações punitivas e reforçou a divisão entre os professores, que acabaram servindo de fiscais de seus próprios colegas. Não poucos professores passaram a considerar os colegas doentes como faltosos, como displicentes no uso das plataformas e como alheios aos cursos promovidos pela Secretaria da Educação.

As condições de trabalho e ensino que já eram ruins atingiram seu ponto máximo. Tarcísio tratou e trata o professor como uma

mercadoria (no caso um carro) que é obrigado a respeitar os faróis. Introduziu, para isso, os faróis vermelho, verde e amarelo e os colocou sob o comando dos diretores das escolas. Pela primeira vez, uma boa parte dos diretores se sentiram patrões para impor o farol vermelho da demissão e o verde da recondução. São inúmeros os relatos de discriminação racial, religiosa e ideológica que foram também usados para colocar para fora das escolas milhares de professores.

É fato que Tarcísio e o empresário Renato Feder que ocupa o cargo de Secretário da Educação em três anos avançaram com as privatizações e terceirizações. Mais de 100 mil professores são

contratados e diretamente sujeitos às punições/demissões. A estabilidade dos professores concursados vem sendo anulada pelas avaliações desempenho. A maioria dos Agentes Escolares (funcionários) também tem contratos de um ano, quando começam a conhecer os estudantes são substituídos por outros. E boa parte dos serviços nas escolas já está terceirizada. As Escolas Cívico-Militares implantadas por Tarcísio se tornaram uma vergonha para o ensino-aprendizagem, onde os estudantes ficam à mercê de policiais que sequer dominam a língua portuguesa.

Diante de tamanha destruição da educação, não há por parte das direções sindicais o interesse de organizar os professores, funcionários e estudantes para enfrentar Tarcísio. Ao contrário, em palavras condenam as medidas do governador, mas se recusam a convocar as assembleias unitárias. A direção da Apeoesp, depois de consolidadas as demissões de professores, aprovou uma assembleia para 6 de março, rejeitando a posição da Corrente Pro-

letária e outros agrupamentos de assembleia para 6 de fevereiro, quando os professores estão sendo demitidos e subempregados. A direção da Afuse, que compareceu no Conselho de Representantes da Apeoesp do dia 31 de janeiro, que discursou contra as ações de Tarcísio, se nega a convocar a assembleia dos funcionários de escolas. O mesmo acontece com a Udemo, CPP e Apase que estão de costas com o que se passa nas escolas. O governador aproveita dessa situação para continuar impondo seu plano de privatização da educação básica.

A Corrente Proletária/POR vem insistindo nos métodos que são próprios dos trabalhadores. Por isso, defendeu a convocação de assembleia unitária no início do ano letivo, para aprovar a greve. Sem esse instrumento de ação não será possível defender as reivindicações dos trabalhadores da educação e estudantes e, assim, derrotar a ofensiva de Tarcísio/Feder.

Boletins da Corrente Proletária – Apeoesp e Sinpem

## No mês de janeiro, a Corrente Proletária, apesar do período de férias escolares, mas diante dos ataques do governador e do prefeito, divulgou vários boletins. Abaixo, se encontra uma síntese de sua posição

O Boletim da Corrente Proletária na Educação (CPE) Apeoesp aponta que a atribuição de aulas na rede estadual foi marcada por caos e prejuízos aos professores, resultado direto de decisões políticas do governo. Segundo o Boletim, o fechamento de salas, a redução do noturno e da EJA, a expansão do PEI e as mudanças curriculares impostas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio provocaram a concentração de carga horária e a diminuição de postos de trabalho. Ainda que a carga horária total não tenha sido formalmente reduzida, houve substituição de disciplinas tradicionais por componentes como Projeto de Vida e Itinerários Formativos, além da transferência de parte do currículo técnico à iniciativa privada, o que teria reduzido a necessidade de professores.

O Boletim denuncia que a política de avaliação por desempenho, com critérios considerados subjetivos e punitivos, estimula a competição e a submissão, pressionando docentes a aceitar qualquer composição de jornada sob risco de penalizações, inclusive a exclusão da rede. Destaca-se a situação dos professores da Categoria O, que podem ficar até três anos afastados caso sejam considerados “não aptos” à permanência pelos diretores. Diante dessa dura situação, o Boletim da CPE Apeoesp defende a convocação imediata da assembleia estadual e a aprovação da greve, e apresenta como eixos de reivindicação a efetivação dos contratados, a reabertura de salas e turnos, a limitação do número de alunos a 25 por sala, a reposição salarial integral e o fim das contrarreformas educacionais.

Já o Boletim da CPE para o SINPEEM aponta que o ano de 2026 começou com novos ataques aos trabalhadores da educação municipal de São Paulo. O texto denuncia problemas na atribuição de aulas, como a retirada do direito de escolha de turmas e a ampliação dos poderes dos diretores, além da exclusão de professores readaptados do processo e do risco de perda da JEIF (jornada de formação, com salários maiores). O Boletim também critica a entrega da gestão de escolas públicas à iniciativa privada, a imposição do período integral e a proposta de escolas cívico-militares, caracterizando tais medidas como parte de um processo de desmonte da educação pública conduzido em consonância pelos governos municipal e estadual.

O Boletim da CPE sobre o SINPEEM também o miserável reajuste do Piso Salarial Nacional do Magistério para 2026, fixado em 5,4%, avaliando-o como insuficiente para recompor as perdas acumuladas. Critica a postura das direções sindicais governistas, especialmente no Congresso da CNTE, apontado como burocrático

e orientado por interesses eleitorais. Em contraposição, defende a independência de classe dos sindicatos e a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e mobilizações, articulando a defesa de salários, empregos e direitos a uma pauta mais ampla de enfrentamento ao imperialismo.

O Boletim traz ainda um posicionamento da CPE pela expulsão dos EUA e pela defesa incondicional da Venezuela e do governo Maduro frente à agressão imperialista, se coloca pela constituição da Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária, para derrotar o imperialismo e defender a soberania nacional da Venezuela e das demais nações oprimidas. Para finalizar, aponta a importância de eleger representantes de escola (REs) classistas e combativos, para combater a direção burocrática do sindicato e retomar este instrumento de luta para as mãos dos trabalhadores.

Em síntese, ambos os Boletins apresentam um diagnóstico de aprofundamento da precarização do trabalho docente e de desestruturização da escola pública, defendendo a mobilização unificada dos trabalhadores como resposta às políticas implementadas pelos governos.

LANÇAMENTO

R\$5

**Balanco do 34º Congresso do SINPEEM**



Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Mais um Congresso festivo, despolitizado, burocrático e desvinculado dos problemas reais da categoria



## **Criação do IF do Sertão Paraibano, como desmembramento arbitrário do IFPB, resultou da política eleitoralista**

Na edição anterior do Jornal Massas, denunciávamos a aliança do governo Lula com o presidente da Câmara dos Deputados Federais, Hugo Motta, para desmembrar o IFPB, criando o Instituto Federal do Sertão Paraibano, em troca da aprovação de outras contrarreformas, como parte da corrida eleitoral. A oligarquia petense de Hugo Motta tem profundas raízes, visto que sua avó foi prefeita de Patos e seus familiares atuais, pai e irmã, pretendem se lançar a cargos políticos estaduais e federais em 2026.

O SINTEFPB, Sindicato dos Trabalhadores do IFPB, organizou assembleias de base e uma reunião temática envolvendo a pauta sobre o PL 01/2026, que parte da burocracia sindical, não equivocadamente, apelidou de “moeda de troca com Hugo Mota”, embora o discurso tenha sido bem diferente de 2021 quando Bolsonaro flertou com a oligarquia regional interessada em ter uma Reitoria própria. O PL atual foi enviado pelo governo Lula, que solicitou urgência na sua votação, como parte das alianças políticas da frente ampla.

Durante um mês inteiro desde que o PL foi “proposto”, em nada a comunidade foi consultada. Durante a reunião do sindicato, um dos Coordenadores do SINASEFE, membro do TAEs na Luta da base paraibana, não conseguiu esconder seu apoio, já que sendo petista precisa justificar as condutas do seu governo. Em um tom de que não daria para fazer nada considerando a iminência da votação, os burocratas se viram obrigados a mudar o tom, pois muitos servidores presentes na reunião online discordaram frontalmente do PL, inclusive com falas radicalizadas.

Apesar disso, a burocracia sindical enrolou para não organizar a resistência coletiva dos trabalhadores e, assim, facilitar a governabilidade e interesses eleitoreiros de Lula. Nessa direção, em 3 de fevereiro de 2026 os parlamentares aprovaram o PL, que foi apensado a uma série de outros projetos envolvendo as Instituições Federais de Ensino, sem qualquer movimento real de contestação por parte das direções sindicais e estudantis.

São Paulo

## **Assistente virtual da Defensoria Pública é inteligência artificial a serviço da exploração**

A Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) tenta vender a “IA Júlia” como o ápice da modernização tecnológica. No entanto, o que se vê é a materialização de um pesadelo tecnocrático: a expropriação do saber operário e a desumanização do atendimento ao público.

No Brasil, cerca de 20 milhões de pessoas não têm acesso à internet, e muitos dos que têm depende exclusivamente de pacotes limitados em celulares pré-pagos. O acesso pelo login gov.br é mais uma etapa burocrática e excludente para aqueles que necessitam da justiça gratuita. Na prática, a “IA Júlia” atua como um filtro de classe: o cidadão que não possui letramento digital ou crédito no celular é barrado na porta de entrada da justiça.

A IA agenda atendimentos de forma compulsória, sem qualquer consulta aos servidores responsáveis. O defensor e o agente de defensoria tornam-se engrenagens de uma máquina sobre a qual não possuem controle, gerando um ambiente de vigilância e opressão produtivista que ignora a complexidade da vida real. Ao retirar dos defensores e agentes a gestão de suas próprias agendas, a administração rompe com a autonomia técnica e transforma o local de trabalho em uma linha de montagem. O servidor, que conhece a complexidade de cada caso, é reduzido a um mero executor de tarefas cronometradas por um código opaco.

Um algoritmo não é capaz de medir a dor ou a urgência de uma mãe que busca alimentos para o filho. A “eficiência” celebra-

da pela cúpula da DPESP ignora que o tempo de um atendimento não é uma variável fixa, mas uma necessidade social. Ao padronizar o que é complexo, a “IA Júlia” sabota a qualidade da defesa pública e empurra os mais vulneráveis para um abismo digital, onde quem não domina a ferramenta é sumariamente excluído.

A introdução da “IA Júlia” prepara o terreno para a eliminação de postos de trabalho, especialmente dos oficiais de defensoria. Sob o capitalismo, a automação não serve para reduzir a jornada ou aliviar o fardo do trabalhador, mas para substituir o “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”, visando ao engugamento da máquina e a precarização do serviço.

A resposta não é a destruição da máquina (ludismo), mas o controle operário. Se a IA vai existir, ela deve ser uma ferramenta sob controle das assembleias, ajustada de acordo com os critérios definidos por quem está na linha de frente, e não por diretrizes de cúpula ou por corporações de tecnologia.

Não à desumanização do atendimento à população pobre! Pelo fim do agendamento automático via IA! Em defesa dos cargos de oficiais de defensoria!

Controle operário sobre os fluxos de trabalho e as ferramentas digitais! A tecnologia deve ser subordinada às necessidades sociais e ser controlada pelos trabalhadores!

Paraná

## **A volta do movimento contra o aumento das passagens**

No dia 30 de janeiro, foi realizada uma manifestação no centro de Londrina contra o aumento da tarifa dos ônibus, que subiu de R\$ 5,45 para R\$ 6,25, um incremento de 8,67%. A tarifa em Londrina é mais alta que a de Curitiba, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais, Colombo e Foz do Iguaçu.

O protesto foi convocado por um comitê constituído pelo PCBR, UP e grupos anarquistas. No panfleto de convocação aparecem bandeiras dispersas sem constituir um sistema de reivindicações claras: “Transporte é direito, não negócio”, “Transporte coletivo é política pública!”, “Tarifa zero para toda a população” e



“Passe Livre ou rebelião”. Trata-se da primeira ação dessa frente, e com a retomada das aulas é possível que o movimento se massifique.

A Corrente Proletária/POR estruturou e dirigiu durante anos um comitê pela redução da tarifa que no seu nome já indicava o conjunto de reivindicações em torno ao qual se organizaram sucessivas manifestações e ações de propaganda ao longo dos anos. Era o Comitê pela redução da tarifa, passe-livre para estudantes e desempregados e estatização do transporte coletivo.

A retomada das manifestações contra o incremento das passagens coloca a necessidade de definir com clareza as bandeiras. Ainda mais que no panfleto de convocação aparece aquele amontoado de “bandeiras” sem muita fundamentação e, no debate prévio à manifestação, alguns militantes desses partidos defenderam algumas daquelas opções como se fossem a panaceia que propiciaria a solução de todos os problemas, sem atentar para as suas determinações e suas origens. E, por se tratar de uma frente, é muito importante a definição de um programa ou pontos centrais para que o movimento se estruture.

## Pernambuco

# Liberdade para Mateus Galdino, estudante preso no dia 28 de janeiro, em ato anti-imperialista no Recife-PE

Como parte de um dia continental de manifestações em defesa da Venezuela, contra a intervenção imperialista, foi realizado um ato na capital Pernambucana. A manifestação teve como ponto de partida a Praça do Derby e tinha como ponto final o Consulado dos Estados Unidos. Porém, durante o trajeto, no cruzamento da Avenida Conde da Boa Vista, com a Agamenon Magalhães, a Polícia Militar de Pernambuco reprimiu os manifestantes, que reagiram à tentativa de detenção de participantes do ato. Cinco manifestantes foram baleados com munição letal, a maioria de raspão. Um deles, estudante da UFPE que registrava a manifestação, teve uma bala alojada no tornozelo. No atendimento hospitalar, o jovem foi cercado por 12 PMs e teve de assinar um termo circunstanciado de ocorrência e está sendo acusado de lesão corporal e dano ao patrimônio.

Mateus Galdino e uma secundarista do IFPE, menor de idade, estavam a 1 km do local quando foram detidos em um supermercado. A jovem foi liberada pela ilegalidade da detenção. Foi forjado o flagrante baseado apenas na palavra dos policiais, acusando o jovem estudante de Engenharia da Computação da UFPE de tentativa de homicídio contra os policiais. No dia 29 de janeiro, foi realizada a audiência de custódia, em que o juiz decretou a prisão preventiva de Mateus, que desde então está no Centro de Observação Criminológica e Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, uma das prisões mais superlotadas do país, com taxa de ocupação de 680%. As 950 vagas são ocupadas por 6.469.

O movimento pelo passe-livre é tipicamente pequeno-burguês, vinculado desde sempre à juventude estudantil. E a bandeira do passe-livre é uma reivindicação limitadamente democrática que permitiu a expressão da revolta da juventude em algumas situações, mas que não tem uma transcendência geral se isolada do conjunto da luta dos explorados. No início, na organização do Comitê local ainda acrescentamos, na sequência, a reivindicação da estatização do transporte coletivo, e depois, o de estatização sob o controle dos usuários e trabalhadores. Precedidas estas bandeiras pela reivindicação de Redução da tarifa.

Em face da necessidade de ampliar a base social da revolta contra os ataques dos empresários associados aos prefeitos, passamos a associar essa três bandeiras iniciais à bandeira da defesa dos salários e empregos, ou seja, à escala móvel de salários e à escala móvel de horas de trabalho, pois como bandeira transitória a eventual gratuidade das passagens esgota-se em si mesma, é limitadamente corporativa e tende a restringir-se aos estudantes, ao passo que a escala móvel de salários e de horas de trabalho choca-se claramente com a ordem burguesa, tornando-se a ponte à conclusão da necessidade da revolução social.

Ao longo desses anos também enfrentamos diversas deformações cultivadas no meio dos MPL's. Uma das mais importantes é a reivindicação da “Tarifa Zero”. A proposta de “Tarifa Zero”, formulada há bastante tempo inclusive por técnicos que trabalharam no sistema de controle dos transportes como a CMTC de São Paulo, consiste basicamente em que a prefeitura “compre” o serviço das empresas de ônibus e não repassa esse custo aos passageiros. Trata-se de um subsídio aos capitalistas e uma garantia de lucro seguro para eles. Hoje, essa mesma proposta começa a ser ventilada como bandeira eleitoral até pelo governo Lula. Por tudo isso, na retomada das manifestações deverá ser pautada a discussão cuidadosa das bandeiras, pois da sua correta formulação depende que se estruture uma frente coesa e combativa.

O deputado federal bolsonarista Coronel Meira (PL), presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, ex-comandante do Batalhão de Choque, conhecido por seus ataques ao povo e seu discurso fascista, tem feito postagens ameaçando enquadrar os manifestantes na Lei Antiterrorismo.

Exigimos a libertação do estudante Mateus Galdino e a extinção de todos os processos contra os manifestantes. Lutar não é crime!



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



## **Ato anti-imperialista no Recife conclui com 5 baleados e estudante preso**

No dia 28 de janeiro, foi realizado um ato contra a intervenção do imperialismo na Venezuela e Palestina, convocado pelo Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco, do qual o Partido Operário Revolucionário (POR) faz parte entre várias correntes e sindicalistas que se reivindicam a luta anti-imperialista. A manifestação integrou um Dia Continental de Manifestações. No Recife, a concentração foi marcada para as 17h, na Praça do Derby. A UP (e suas organizações paralelas), apesar de formalmente fazer parte do Comitê e ter participado da reunião de construção, decidiu fazer um ato em separado, às 14h, por puro divisionismo, sem justificativa, reunindo uma minoria.

O ato unificado, das 17h, agregou cerca de 70 pessoas e tinha como objetivo chegar até o Consulado dos Estados Unidos. Há tempos que manifestações neste local são impedidas de chegarem ao Consulado, com bloqueios na rua de acesso com barreira policial. No percurso da manifestação, houve divergências entre as organizações, pois o MV queria bloquear as avenidas, mas a avaliação dos demais era de que, pelo baixo número de manifestantes, não haveria condições de segurança. Enquanto a comissão de segurança avaliava as condições, foi arremessado um artefato incendiário no quiosque do McDonalds. A ação direta individual foi realizada à margem da deliberação coletiva do Comitê. Em seguida, a PM tentou prender manifestantes, porém, o bloco de uma das organizações do ato reagiu e os policiais usaram armas letais para dispersar a manifestação, ferindo cinco pessoas.

O estudante de Engenharia da Computação da UFPE, Mateus

Galdino, foi detido a mais de 1 km do local do ato, em um supermercado, junto com uma estudante secundarista menor de idade. Ela foi liberada, mas ele foi acusado de tentativa de homicídio contra os policiais, mesmo que não houvesse nada que comprovasse a participação do jovem nos atos denunciados pela polícia. No dia seguinte, houve uma audiência de Custódia e com base apenas na palavra dos policiais feridos, o juiz decretou a prisão preventiva de Mateus, que foi encaminhado para o COTEL de Abreu e Lima, uma das prisões mais superlotadas do país, com 680% de ocupação.

Foi realizado um ato de vanguarda no dia 03 de fevereiro pela libertação de Mateus. Participou uma parte das correntes que constituem o comitê. O POR fez o seguinte pronunciamento:

“Falo em nome do Partido Operário Revolucionário, venho aqui me solidarizar neste ato puxado pelo MV e denunciar a forma como o imperialismo está atacando. O capitalismo se encontra atualmente em sua fase de decomposição e está nesse momento usando da força para atacar os países mais pobres. Vemos isso na guerra da Ucrânia, na Palestina agora na Venezuela e o imperialismo está desesperado como um cachorro que não quer largar o seu osso. Os povos oprimidos do mundo devem lutar contra o imperialismo e pelo socialismo. No último dia 28 de janeiro, fizemos um ato aqui na Av. Boa Vista em que a polícia, de forma covarde, atacou os manifestantes. Estamos aqui lutando pela liberdade imediata do companheiro Mateus Galdino. Também sou estudante de computação venho me solidarizar. Pela liberdade do companheiro Mateus Galdino!”

## **Reunião de balanço do Comitê da Palestina**

Logo após o ato, integrantes do comitê passaram a manifestar sua crítica à ação unilateral de jogar um artefato incendiário no MCDolnalds. No dia 4 de fevereiro, foi realizada uma reunião do comitê. Planejamos a atuação no ato de 8 de março com um bloco anti-imperialista e foi aprovada a realização de uma campanha pela libertação de Mateus. Em relação ao balanço do ato, parte das organizações (PCB, PSTU, MPR, CSP-Conlutas e MRT) e independentes propuseram a expulsão do MV por quebrar a deliberação coletiva do ato e da relação de confiança. O PCBR não participou do ato, mas se achou no direito de mandar uma nota com o mesmo teor. O conteúdo das falas foi de ultimato, caso o MV permanecesse, os demais se retirariam. O MV e suas organizações reivindicaram a ação como um “sucesso estrondoso”, e exaltaram a prisão como prova de que estão conseguindo incomodar os inimigos, sem se darem conta de que as ações isoladas das massas favorecem os inimigos dos explorados.

A posição do POR foi de que abrir esta discussão no momento em que o MV estava sob repressão judicial era um erro. Consideramos que o Comitê não pode ser responsabilizado por ações aventureiras à margem da deliberação coletiva. Nós do POR defendemos o método da ação direta coletiva e da democracia operária.

Porém, a ação realizada foi aventureira. Consistiu em uma resposta desesperada ao bloqueio das organizações de massa à constituição de uma verdadeira frente única anti-imperialista, com ações de solidariedade internacionalista aos povos da Palestina e Venezuela. Consideramos grave a postura de organizações que formalmente integram comitê, mas fazem ações à margem. Destacamos o papel divisionista da UP que enfraqueceu a manifestação. Destacamos a importância de compreender a raiz política do divisionismo e seguir trabalhando pela unidade da maioria explorada e oprimida. O PCO e o Centro Islâmico Iman Sadeq não participaram da reunião, mas enviaram uma nota contra a expulsão.

A votação foi feita apenas entre os membros da coordenação do comitê (organizações e independentes), a expulsão obteve 5 votos e a manutenção 4 votos. Outros se abstiveram. Foi ressaltado que os manifestantes que seguem o MV não devem ser considerados inimigos do comitê, porém, a quebra de confiança inviabilizou a continuidade da unidade de ação.

O POR que votou contra a expulsão do MV considera tal deliberação como um erro nas condições de repressão policial aos manifestantes e prisão de Mateus. Trata-se de fortalecer a batalha pela constituição de uma verdadeira Frente Única Anti-imperialista.

## **PCBR chama esquerdas em Porto Alegre para discutir as privatizações no estado - POR é impossibilitado de falar por não estar convidado**

No dia 05 de fevereiro de 2026, ocorreu em Porto Alegre o que se chamou de debate aberto, proposto pelo PCBR na sede do Simpa

(Sindicato dos Municipários de Porto Alegre). O debate foi convocado pelas redes sociais do PCBR no Rio Grande do Sul suscitando

a pergunta: “É possível derrotar as privatizações no RS?”. Foram convidados diretamente para a atividade pública: MRT, PSTU, CTB, Sindimetro, MES, Simpa, Sintec, Frente Quilombola, Fórum das Periferias, PCdoB, Resistência, CUT, Alicerce e Unidade Popular; além de, *ipsis litteris*, “apoiadores, militantes e pessoas interessadas, organizações políticas, sindicais e populares”.

Em 14 de Janeiro, foi lançada, pelo partido proponente da atividade, uma nota com o título “É possível derrotar as privatizações no RS? Uma análise da conjuntura gaúcha”. A proposta da atividade do dia 5/2 era, segundo postagens nas redes sociais do PCBR, debater a questão colocada a partir do conteúdo do texto. Não deixaram claro quais foram os critérios para selecionar os convidados e o POR não estava entre os convidados, mas como o chamado se estendia a “todos os setores de esquerda de Porto Alegre” e tendo em vista a importância de desenvolver uma oposição revolucionária ao governo Lula e a necessidade histórica de impulsionar a luta anti-imperialista para barrar as privatizações, as contrarreformas e as retiradas de direitos, o POR esteve presente com o objetivo de defender tal política operária.

A metodologia do debate foi apresentada da seguinte forma: foi colocado que se daria uma fala de exposição, pela militância do PCBR, do conteúdo do artigo publicado por eles. A seguir, se dariam as falas das organizações convidadas ordenadas por sorteio. Por fim, haveria espaço de fala reservado para organizações não convidadas ou quaisquer pessoas que quisessem dar suas contribuições. O POR solicitou o direito de fala entre os partidos convidados, os quais dispunham de 10 minutos cada para suas exposições, o que de pronto foi negado pela mesa, ficando “permitido” a intervenção na parte destinada ao plenário em geral e aos partidos não convidados.

Ao final da fala dos partidos convidados, a mesa encaminhou prontamente o fim da atividade, com o argumento de já haver se estendido demais e, portanto não dariam o direito de fala ao plenário e aos partidos não convidados, logo não foi permitida a inscrição dos militantes do POR e da OCI, que também estava presente, mas não estava entre os convidados. Nem todos os convidados apareceram (UP e Resistência ignoraram o chamado), o que já derrubava a argumentação da falta de tempo para que todos os presentes pudessem se pronunciar. Além disso, o PSTU teve espaço para se expressar em dois momentos, já que a representante da direção do SIMPA utilizou a fala concedida ao sindicato para defender a linha política do seu partido, até mesmo desrespeitando o limite de tempo definido pela mesa.

O “debate” foi um grande show de oportunismo, centrismo e eleitoralismo, a começar pelo artigo publicado pelo PCBR que embasou o evento. No texto em questão, reproduzem máximas de que as privatizações são produto dos interesses imperialistas e que o capitalismo precisa ser substituído pelo comunismo, mas isso para eles significaria substituir o governo “dos ricos” por um governo “revolucionário dos trabalhadores”, combinando com a exaltação de projetos de lei promovidos pela esquerda (mais especificamente pelo PSOL, partido pelo qual querem lançar suas candidaturas esse ano), que poderiam, segundo o texto, “resolver o problema”. Apontam que o inimigo é o projeto neoliberal levado cabo pelos governos (de direita e esquerda), ou seja, não é a luta anti-imperialista que vai barrar as privatizações e contrarreformas, mas sim um projeto de governo “alternativo”. Fizeram coro a essas colocações, como era de se esperar, o MRT e o PSTU. A fala do MRT, inclusive, reforçou o acordo com o central da linha política do PCBR e se concentrou em atacar as direções dos sindicatos, vinculadas à CUT e CTB, (mas nada falou dos sindicatos dirigidos pelas correntes do PSOL e pelo PSTU, que também acumulam traições graves em seus currículos).

O PSTU foi na mesma levada, colocando que o importante era combater a extrema direita, e não se alinhar com quem faz aliança com ela, tecendo críticas às direções das centrais sindicais, relembrando as paralisações de 2017, e os movimentos de “Fora Bolsonaro”, que se converteram em “Bolsonaro Nunca Mais”, porém sem apresentar um programa claro contra as privatizações, limitando-se a “denunciar a extrema direita cotidianamente”.

O restante dos presentes se concentrou em condenar a privatização e discorrer sobre como tinham perdido terreno eleitoral, sobre como as massas estavam entregues às posições da direita, sobre como a esquerda tinha esquecido-se das “periferias, territórios, quilombos, aldeias” etc.

Destacamos a fala do PCdoB que, com o maior cinismo do século, levantou que era necessário destruir o capitalismo e que não se deveria ter medo de falar em socialismo e comunismo, e que isso aconteceria se todos se subordinassem a votar no Lula no segundo turno, pois discutir programa era perda de tempo e o fundamental é “agir”. A intervenção do Sindimetro, maior interessado em barrar as privatizações no momento, devido à ameaça contra a Trensurb, tampouco respondeu a questão levantada inicialmente em torno da qual se organizou o evento, chegando ao ápice do esvaziamento político do sindicato ao declarar que a direção concentra forças em organizar “capoeira revolucionária” em comunidades. Praticamente todas as falas entoaram os cânticos de defesa das “minorias”, sem vincular nada disso ao problema das privatizações.

A verdade é que a única corrente capaz de dar a resposta à pergunta feita pelo PCBR (retórica ou não) sobre a possibilidade de combater as privatizações e como fazê-lo é o POR. Trata-se da defesa da reestatização, sem indenização e sob controle operário. Essa via implica organizar a luta operária por meio da ação direta. Certamente, essa foi a razão da militância porista ter a fala cerceada (tendo sido a OCI barrada por osmose).

O POR recentemente publicou um folheto onde tece uma crítica programática ao PCBR, material que circulou pelas redes sociais dos militantes da UJC, tendo sido citado até em cartas públicas dos mesmos. Apesar da simulação do PCBR de que está aberto às críticas e ao debate com outras correntes, a sua prática demonstra que isso só é verdade quando se trata de correntes que se alinham às suas posições centristas ou que podem oferecer algum tipo de ganho organizativo para suas fileiras.

LANÇAMENTO

## Crítica programática ao PCBR



Apontamentos sobre os documentos do XVII Congresso extraordinário do PCBR

R\$5

Adquira  
com o  
distribuidor  
do jornal  
Massas:





# 36 anos do Partido Operário Revolucionário | 1989 2025

Damos sequência à exposição da Plataforma Programática aprovada no IV Congresso de 9 e 10 de julho de 1994. No jornal Massas 752, transcrevemos as principais formulações sobre o caráter do Programa de Transição nas condições da crise mundial do capitalismo e do processo de restauração capitalista na ex-URSS. No Massas 753, expusemos os pontos: “3. Brasil, país semicolonial”; “4. A Independência Nacional”; “5. Revolução Agrária”; “6. A Unidade Nacional”. No Jornal Massas 754, editamos: “7. Desconhecimento da dívida externa e defesa do estatismo”, “8. Expropriação dos monopólios industriais e financeiros”, “9. A estratégia da ditadura do proletariado” e “10. Governo Operário e Camponês”. No Massas 755, expusemos: “11. Controle Operário da Produção”; “12. Defesa da vida das massas”; e 756, os pontos “13. Sindicato, independência política e democracia proletária” e “14. Piquetes de greve, comitês de autodefesa, milícia operária e armamento do proletariado”. Agora, “15. O Internacionalismo Proletário; 16. Reconstruir a IV Internacional; 17. Defesa da Autodeterminação dos Povos e 18. Estados Unidos Socialistas da América Latina”.

## 15. O Internacionalismo Proletário

“A putrefação do capitalismo – encarcerado pela crise histórica do modo de produção e exploração do trabalho assalariado –, a expansão vertiginosa da miséria mundial, aberta guerra comercial que tende a se transformar em guerra bélica, o intervencionismo crescente do imperialismo nas semicolônias, enfim, o bloqueio das forças produtivas e a destruição de parte delas – com milhares e milhares morrem de fome – indicam o amadurecimento das premissas históricas para a revolução social mundial.

O avanço tecnológico das últimas décadas não fez mais do que expor as contradições dos monopólios com as massas exploradas e a impossibilidade de acionar o potencial de forças produtivas contidas pelo sistema econômico de acumulação e concentração de capital. O capitalismo do pós-guerra caminha para grandes choques internacionais, para o desemprego em massa, destruição de conquistas sociais vitais e revigoramento do militarismo, que deixará muito atrás a propaganda de paz imperialista com o fim da guerra fria”. (...)

“A destruição em curso das conquistas do proletariado mundial, fundamentalmente da Revolução Russa, é um retrocesso histórico para a revolução socialista mundial. Porém, a capitulação definitiva do estalinismo, prevista pela Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky de forma alguma significa a inviabilidade do comunismo, mas sim a inviabilidade do ‘socialismo em um só país’,

implantado por Stalin em contraposição à estratégia do internacionalismo proletário”. (...)

“A bancarrota do estalinismo e a restauração não eliminam as premissas da revolução proletária. Ao contrário, as confirmam mais ainda, colocando com clareza absoluta a constatação do Programa de Transição de que a crise da humanidade é a crise de direção”.

## 16. Reconstruir a IV Internacional, construindo o Partido Revolucionário Internacionalista

“A destruição da III Internacional pelo estalinismo provocou uma regressão programática e organizativa de grandes proporções. Abriu um período histórico de crise de direção mundial. O proletariado se viu privado do partido mundial, que se estruturava no período dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. (...) O estalinismo liquidou o Partido Mundial da Revolução Socialista, condição para o desenvolvimento da luta revolucionária em cada país em conexão com o movimento mundial”. (...)

“A reconstrução da IV Internacional é a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, regido pelo centralismo democrático e pela disciplina revolucionária. Dizemos reconstrução porque a IV Internacional foi interrompida pela incapacidade das correntes que compunham a Oposição de Esquerda Internacional de compreender o Programa de Transição, aplicá-lo em seus países e penetrar no movimento operário”. (...)

“Tornaram-se revisionistas sob o peso dos aparatos estalinistas, do democratismo ou do foquismo castro-guevarista. Resistiu a essa decomposição, o Partido Operário Revolucionário (POR-Bolívia), como demonstram as Teses de Pulacayo, saídas das entranhas do proletariado mineiro, e toda evolução programática posterior”. (...)

“No Brasil, a adaptação ao reformismo do PT mostra a incapacidade das mais diversas correntes de aplicarem a linha marxista de construir o partido operário revolucionário, tendo de lutar pelo programa da revolução

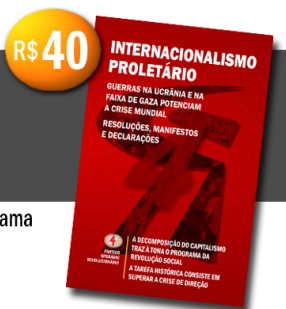
LANÇAMENTO!

### INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



proletária no interior de fenômenos como o do PT, que em seu início colocou o problema do partido operário. O morenismo, lambertismo e mandelismo, principalmente, levaram a sua adaptação ao reformismo petista ao ponto de comporem organicamente a Frente Popular”. (...)

“(…) A nossa tarefa consiste justamente em estruturar quadros militantes, compenetrados do programa do Partido Operário Revolucionário. Um partido de estrutura celular, que maneje corretamente o trabalho legal e ilegal, vinculado a tal ponto ao proletariado que o eleve à condição de estado-maior da revolução proletária”. (...)

“(…) A T POR não surge isoladamente. Logo no seu nascimento se entroncou com o movimento revolucionário boliviano, encarnado pelo POR. (...) A assimilação programática e o trabalho conjunto com as demais seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional é a via embrionária de desenvolver o internacionalismo proletário”.

## 17. Defesa da Autodeterminação dos Povos

“A opressão nacional é uma das características fundamentais do capitalismo, agudiza ao extremo na sua etapa superior que é o imperialismo. O imperialismo, que é o domínio do capital financeiro concentrado nas mãos de algumas potências, se assenta essencialmente na divisão entre nações oprimidas e opressoras. O programa marxista, que responde à fase imperialista, defende o fim de qualquer forma de opressão nacional”. (...)

“Os Estados nacionais formalmente constituídos nas semicolônias não puderam alcançar a plena soberania e, em sua maioria são tutelados pela burguesia imperialista”. (...)

“Não se pode desconhecer o fato de que o estalinismo, que transformou a ditadura proletária em ditadura de casta burocrática, interrompeu o processo de superação do problema nacional, como na Rússia, Iugoslávia etc., e negou a tarefa do programa bolchevique de destruir toda forma de opressão nacional. A burocracia dividida se utiliza do problema nacional e étnico para regredir as conquistas da revolução proletária e restaurar o capitalismo”. (...)

“A defesa da autodeterminação se constitui em uma poderosa arma para progredir o movimento revolucionário ao objetivo histórico de destruição do regime de exploração do trabalho em nível mundial, sem o qual não se eliminará a opressão nacional, que se alimenta da opressão social (exploração capitalista do trabalho). Para essa tarefa, é

fundamental a unidade e fusão dos operários das nações oprimidas com os das nações opressoras sob o programa da revolução socialista”.

## 18. Estados Unidos Socialistas da América Latina”

“O Brasil é parte do continente latino-americano, não simplesmente por relações geográficas, mas sim por reunir países semicoloniais. A América Latina é oprimida pelo imperialismo. Os Estados Unidos exerce sobre ela a hegemonia do controle metropolitano. O saque tem empobrecido os povos latino-americanos. Assiste-se ao retrocesso de suas forças produtivas. As massas pagam um preço altíssimo pela submissão dos Estados nacionais ao capital externo. Assim como o Brasil, todo o continente se desagrega sob o peso da crise estrutural do capitalismo mundial”. (...)

“(…) Volta e meia, as burguesias recorrem à bandeira de integração latino-americana, mas sempre sob a batuta dos Estados Unidos. O nacionalismo burguês integracionista não pôde dar um passo à frente nessa tarefa, uma vez que depende da ruptura integral com a opressão exercida sobre o continente”. (...)

“Não há dúvida de que a integração seria propulsora das forças produtivas. Ela sintetiza a necessidade de solução das tarefas pendentes das semicolônias, de independência nacional, revolução agrária, industrialização harmônica que supere a contradição entre a cidade e o campo, fim da opressão sobre as nacionalidades indígenas, erradicação da exploração inter-regional que favorece apenas o grande capital etc.” (...)

“A luta pela unidade continental se reveste da luta anti-imperialista pela independência latino-americana. A conclusão que chegamos é a de que a independência nacional é parte da revolução proletária. (...) A via de retrocesso das conquistas cubanas, na mesma linha da restauração gorbacheviana, comprova que a revolução em qualquer país latino-americano coloca a tarefa da unidade continental por meio da revolução proletária”. (...)

“A defesa de Cuba contra a ofensiva recolonizadora do imperialismo só pode ser feita através da estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, ou seja, da revolução proletária latino-americana, protagonizada pela maioria oprimida e de características próprias da economia combinada, em que se sobressai a interdependência das tarefas democráticas pendentes com as socialistas”. (...)

“A tarefa de construir os partidos revolucionários como expressão da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, concretizados no Programa de Transição e na organização da IV Internacional, condiciona o avanço da luta de classes para a revolução latino-americana e mundial. A revolução brasileira está condicionada por esse laço histórico de conformação da economia mundial e de sua forma colonial imperialista”.

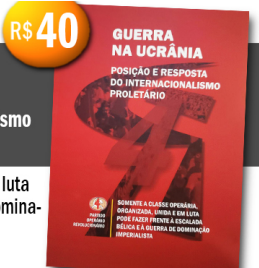
**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA  
UCRÂNIA**

Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



**Nesta edição:**

**Venezuela:** A impotência do estalinismo e de outras correntes; Manifestação em defesa do povo venezuelano.

**Bolívia:** Não se deve confundir a crítica revolucionária à burocracia sindical com a campanha anti-sindical do governo; Ninguém é louco para fazer greve de fome sem motivo; Participação do Secretário Geral do POR boliviano no programa de rádio “Diálogo na Panamericana”, no dia 10 de janeiro de 2026.

**Argentina:** Organizar a luta contra a reforma!

**102 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin):** Lênin, Uma vida dedicada à revolução proletária na Rússia e ao internacionalismo marxista.

**Artigos das Seções  
Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



## Venezuela: a impotência do estalinismo e de outras correntes

Os Estados Unidos perpetraram no dia 3 de janeiro uma brutal agressão contra Venezuela, invadindo seu território, assassinando mais de cem pessoas entre civis e militares e sequestrando o presidente Maduro e sua mulher. Segundo informações vazadas posteriormente, representantes dos Estados Unidos mantinham negociações com figuras do governo venezuelano para encontrar uma saída à crise que vinha escalando nos meses anteriores, durante os quais, as forças estadunidenses assassinaram pescadores, explodiram suas lanchas e pequenos navios sob pretexto – nunca comprovado – de combater o narcotráfico além de deslocar uma portentosa força naval no golfo de México diante da costa venezuelana.

A relativa facilidade com que ocorreu a operação bélica, a falta de reação militar, incluída a falha nos sistemas de radar e defesa aérea reforçam a suspeita de cumplicidade de elementos do governo com a operação ianque. O imediato estabelecimento do governo provisório da Delcy Rodríguez com apoio de Donald Trump e Marco Rubio, o anúncio de estabelecimento de relações “cordiais” com o império e a recente alteração da lei de hidrocarbonetos, para permitir a apropriação por parte das multinacionais norte-americanas do petróleo venezuelano, reforçam a suspeita de cumplicidade. Para completar esse quadro teve a “visita” do diretor da CIA à Venezuela – alguém que certamente participou da organização da agressão – que foi recebido com sorrisos e festa por parte do novo governo.

Até o momento não se verificou nenhuma reação à agressão por parte das massas. Os organismos militares e políticos responsáveis pela defesa tampouco se mobilizaram nas horas e dias posteriores ao ataque e, no plano internacional, as reações contra essa operação não passaram de declarações inócuas, como as do presidente Lula do Brasil. Os supostos aliados “estratégicos”, a Rússia e a China, tampouco fizeram qualquer movimento concreto em defesa da Venezuela. O governo provisório não fez, até o momento, qualquer informe detalhado e oficial acerca do que realmente ocorreu naquela madrugada e nem uma relação das vítimas e os danos.

O POR, no dia 5 de janeiro manifestou que em um “... contexto de guerra comercial que se converte aceleradamente em confronto militar, o imperialismo norte-americano busca recompor sua hegemonia regional por meio da militarização, do cerco econômico e da derrubada de governos que escapam à sua tutela direta”. E defendeu que, “Os partidos, sindicatos, centrais sindicais e organizações populares que se reivindicam anti-imperialistas devem trabalhar para organizar a frente única anti-imperialista, capaz de barrar o avanço militar norte-americano, expulsar suas bases, romper com os mecanismos de saque e enfrentar a burguesia interna submissa ao capital internacional!” e que, diante da incapacidade das burguesias nacionais latino-americanas de defender a soberania dos seus países, a “...tarefa histórica de

enfrentar o imperialismo está nas mãos da classe operária e da maioria oprimida”.

### Partido Comunista Venezuelano enfrenta a agressão com a ... constituição

Em face da ausência de outras iniciativas de resistência, nem por parte do governo nem das esquerdas, chamou a atenção o pronunciamento público do comitê central do PCV em 19 de janeiro. Num pronunciamento gravado, Oscar Figueira, secretário geral do PCV fez um chamamento à unidade “do nosso povo, de suas diferentes correntes populares, democráticas, revolucionárias” para “construir uma força capaz de resistir o exercício da tutela imperialista que hoje se exerce sobre o governo de Venezuela, ou sobre quem exerce o governo de Venezuela”. Corretamente defende a necessidade de unidade latino-americana para enfrentar a agressão imperialista, mas, ao fundamentar a necessidade dessa unidade diante da agressão imperialista em curso, se limita à denúncia do “... caráter ilegal dela, violadora de todas as normas internacionais”. Na mesma linha, denuncia que a alteração proposta à Lei de Hidrocarbonetos “está violando a Constituição”, para concluir que é “... necessário continuar levantando, continuar exigindo uma saída política, popular, soberana, democrática e constitucional a esta realidade”.

Em 29 de janeiro, o PCV voltou a se manifestar diante da iminente aprovação das reformas na Lei de Hidrocarbonetos. Denuncia como antecedente dessa reforma a “lei antibloqueio” em vigência desde 2020, que já havia permitido o ocultamento dos acordos assumidos com a empresa CHEVRON. O objetivo dessa reforma seria subastar os recursos estratégicos do país em troca de garantir a permanência da elite governante no poder. Contudo, o PCV toma o cuidado de deixar claro que: “esta posição não implica uma rejeição absoluta, a priori, de toda participação de capital privado na atividade petrolífera nacional, sempre que ...”. Passando a enumerar os diversos artigos da Constituição que a alteração estaria violando. Por isso, para eles “a defesa dos hidrocarbonetos como patrimônio da nação venezuelana é inseparável da defesa da Constituição e do direito”. Ou seja, em face de uma brutal agressão militar imperialista, o PCV propõe enfrentá-lo com o legalismo, com a democracia, respeitando a propriedade privada dos meios de produção e com a Constituição burguesa, a Constituição que consagra a grande propriedade privada capitalista.

É uma declaração de impotência que só pode levar à capitulação perante a agressão imperialista. A única diferença em relação ao governo é que não exercem o papel ativo de colaboração que o governo da

Delcy Rodríguez está desempenhando. As “denúncias” de que se trata de uma “agressão imperialista” são inconsequentes pois não tiram as conclusões necessárias da grave situação em que estão colocadas as nações latino-americanas. Não considera que o atual chefe do executivo ianque não afronta apenas a Constituição venezuelana, mas a própria Constituição dos EUA, num processo de fascistização acelerado que já vem provocando crises e reações no interior do establishment imperialista.

Em recente artigo na *Foreign Affairs*, Oona A. Hathaway e Scott J. Shapiro – acadêmicos vinculados ao establishment – expressaram que: “O que preocupa é que o governo Trump parece estar inaugurando um mundo assim. Um dia depois de os Estados Unidos sequestrarem Maduro e sua esposa na Venezuela, o assessor sênior de Trump, Stephen Miller, explicou o raciocínio do governo em uma entrevista com o apresentador da CNN, Jake Tapper. “Vivemos em um mundo, no mundo real, Jake, que é governado pela força, pelo poder”, disse Miller. “Essas são as leis de ferro do mundo desde o início dos tempos.” Nem Miller nem ninguém mais no governo ofereceu qualquer justificativa legal real para lançar um ataque militar contra a Venezuela”. Concluindo que “Um mundo em que os poderosos não sentem mais a necessidade de se justificar não é apenas injusto. É bárbaro”.

Diante de uma situação em que até representantes do imperialismo reconhecem como “bárbara”, é absolutamente inócuo pretender fazer valer a soberania nacional com a Constituição burguesa ou o direito internacional. Trata-se de uma situação em que se impõe um levante po-

pular generalizado, como única alternativa. Mas, esse levante popular somente poderá ser encabeçado pela classe operária. A defesa da frente única anti-imperialista postulada pelo POR e pelo CERQUI tem essa finalidade, unir as massas oprimidas pelo imperialismo para combatê-lo com meios revolucionários, greves, manifestações, armamento, estigmatização da propriedade imperialista etc. como parte do programa da revolução social, da qual a luta pela soberania nacional é inseparável.

Em 26 de janeiro, o PCV e mais oito organizações de esquerda emitiram uma declaração unitária sobre a situação na Venezuela. Nela, afirmam “a defesa do direito da Venezuela à autodeterminação e à soberania nacional, convocamos a rejeição da agressão militar e da ofensiva imperialista contra o país”. Segundo a declaração, “Toda a América Latina está sob ameaça e nossos povos devem se unir para enfrentar e deter o invasor dos EUA”, e conclui, “propomos uma grande mobilização internacional capaz de deter a agressão imperialista”. Mas, não há no documento qualquer orientação como ocorrerá essa “grande mobilização”, sob que perspectiva, quais métodos ou coisa parecida. Na prática, é uma declaração vazia, visando ocultar que já está havendo uma acomodação dessas forças à política de colaboração do governo da Delcy Rodríguez com o império.

Mais do que nunca, se impõe um chamado a todos os partidos da esquerda, ao movimento operário, a todas as organizações populares da Venezuela e do continente a estruturar uma frente única anti-imperialista, que levante os oprimidos na luta pela emancipação convergindo com o programa da revolução social.

## Rondônia

# Manifestação em defesa dos venezuelanos

No dia 3 de fevereiro, aconteceu um ato político na Praça Marechal Rondon, em Porto Velho. O objetivo do ato foi o de realizar um protesto em defesa da Venezuela, contra a intervenção militar dos EUA. País esse que se apoderou do petróleo e que há um mês sequestrou o presidente Nicolás Maduro e sua esposa, Cília Flores.

A data ficou registrada como o Dia Internacional de Luta em defesa da Venezuela, O ato foi convocado pela Liga Anti-imperialista (LAI), para ser construído em todo país e nas várias partes do mundo. Em Porto Velho, a construção se deu por meio do Comitê, que foi organizado em defesa do povo palestino, desde o surgimento dos ataques de Israel à Faixa de Gaza, e que foi retomado agora nesta investida de Trump para saquear as riquezas do território latino-americano.

Desde a primeira reunião para preparar o ato, a militância do Partido Operário Revolucionário (POR) esteve presente. Mais de 20 organizações sindicais, estudantis e movimentos assinaram o manifesto de convocação, mas nem todas participaram do ato, como ocorreu com a CUT e o Sintero. O que mostrou descaso com a luta contra a ofensiva do imperialismo norte-americano no continente latino-americano, em

particular à Venezuela.

O fundamental foi que o ato expressou a defesa da soberania da Venezuela diante da invasão dos Estados Unidos. A militância do POR interveio com falas e distribuição de manifestos, defendendo a constituição de uma Frente Única Anti-imperialista para derrotar a ofensiva do imperialismo sobre os países semicoloniais. Defendeu que as centrais, sindicatos, movimentos populares e partidos políticos que se reivindicam da luta contra a opressão nacional se coloquem por constituir a Frente Única Anti-imperialista. Levantou a bandeira de defesa incondicional da Venezuela e libertação imediata de Maduro e sua esposa. E que somente o povo venezuelano pode julgar e condenar os seus governantes frente aos crimes cometidos.

A via para assegurar a soberania dos países da América Latina, onde se inclui a Venezuela, é a defesa da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, construindo os partidos revolucionários em cada país, que têm como estratégia a revolução social.

## Bolívia

# Não se deve confundir a crítica revolucionária à burocracia sindical com a campanha antissindical do governo

(Do Masas boliviano Nº 2868)

O recente conflito mobilizou amplos setores populares sob a liderança da COB, em rejeição às medidas de austeridade do governo e ao seu D.S. 5503. O que colocou em discussão o papel dos sindicatos no país.

A posição da classe dominante se expressou na campanha

antissindical de conotações fascizantes do governo Paz-Lara. Esse último, usando a mídia e as redes sociais, incitou a população, especialmente a classe média, contra as organizações de trabalhadores e se apoiou no descrédito que os sindicatos sofreram nas últimas décadas pelas mãos do MAS.

Descrédito como consequência da burocratização dos líderes sindicais que abandonaram a política da classe operária para se render à dos inimigos de classe. Pisotearam a independência e a democracia sindical, os dirigentes vendidos aos governos de turno usaram as contribuições sindicais para benefício pessoal e os cargos para subir no aparato estatal.

A crítica do governo aos sindicatos tem o objetivo claro de destruí-los e, assim, anular qualquer trincheira de resistência às suas medidas antipopulares e antinacionais, que buscam entregar o país ao malbarato ao imperialismo. O governo buscará avançar com suas medidas de ajustes enquanto continua os ataques às organizações sindicais; prova disso são seus projetos para eliminar as contribuições sindicais, reduzir o mandato das direções, questionar a imunidade sindical e atacar o direito de protestar, buscando criminalizar bloqueios.

Do outro lado, está a crítica revolucionária à burocracia sindical. O POR travou uma dura guerra contra essa doença das organizações sindicais que é a burocratização, e não foi diferente no período do MAS, quando os trotskistas se destacaram em sua luta contra os dirigentes vendidos, defendendo a independência política e sindical contra o falso socialismo do MAS.

A posição do POR baseia-se na longa tradição revolucionária do movimento operário mundial e do sindicalismo boliviano, que se baseia na Tese de Pulacayo, sob cujas diretrizes nasceu a própria Central Operária Boliviana (COB) como uma entidade para a defesa dos trabalhadores e do povo explorado, projetando-se claramente à tomada do poder sob a aliança operário-camponesa, cujo marco mais importante foi a Assembleia Popular.

A crítica trotskista ataca virulentamente não os sindicatos, mas a burocracia sindical que os corrompe e degenera, por exemplo, na questão das contribuições sindicais, não questiona sua existência, mas combate seu uso indevido e reivindica sua existência

como uma forma dos próprios trabalhadores financiarem suas organizações, garantirem sua independência e terem os recursos necessários para enfrentar o monstruoso aparato governamental nas mãos dos patrões.

O objetivo desta crítica é recuperar os sindicatos para as bases e para a luta revolucionária, cuja consequência imediata é a do fortalecimento das organizações sindicais.

Como se pode constatar, as posições em relação aos sindicatos baseiam-se em fundamentos antagônicos de classe e perseguem objetivos também contrários. Só a burocracia reformista consegue pensar na estupidez de tentar equiparar a crítica da tendência revolucionária à campanha governamental. Os burocratas assumem esta posição para combater qualquer crítica ao interior dos sindicatos e, assim, anular a democracia sindical, que implica pluralismo de posições.

A burocracia sindical é um obstáculo no caminho para a libertação da classe operária e também é uma ferramenta nas mãos da classe dominante para combater a tendência revolucionária dentro dos sindicatos, por isso é imprescindível que o movimento operário, no processo de reencontro com sua tradição revolucionária, se livre desta casta burocrática para recuperar seu papel de vanguarda.

A recuperação dos sindicatos e sua regeneração não serão realizadas por nenhum governo burguês como o governo Paz-Lara, que, como os seus predecessores, não hesitará em recorrer aos mesmos métodos que agora critica para corromper e comprar dirigentes para colocá-los a serviço da classe dominante. Serão realizadas por obra das bases sob a direção revolucionária, e o POR tem um papel fundamental nesse processo, como já se esboçou no último conflito onde a linha trotskista ocupou um importante lugar.

O bloqueio das estradas, como outros métodos de luta,  
é o recurso daqueles que estão em desvantagem diante dos donos do poder

## **Ninguém é louco para fazer greve de fome sem motivo, ou uma greve de braços caídos sem motivo, ou ocupar uma fábrica sem motivo ou um bloqueio de estradas sem motivo**

**(Do Masas boliviano Nº 2868)**

É o cúmulo de ignorância acreditar que podem existir medidas de pressão que não sejam prejudiciais a ninguém; se assim fossem, não seriam medidas de pressão. Ninguém é louco para fazer uma greve de fome sem motivo, ou uma greve de braços caídos sem motivo, ou uma ocupação de fábrica sem motivo ou um bloqueio de estrada sem motivo. Sempre há uma razão, e geralmente está relacionada à incapacidade e aos interesses do governo de turno e aos donos do poder econômico. A questão é que as medidas de pressão, direta e indiretamente, pressionam os donos do poder, esse é o seu objetivo, chamar atenção ou resolver algum problema que afeta os interesses dos trabalhadores, ou de outros setores, até mesmo de alguns empresários em particular.

Os empresários do transporte pesado, por exemplo, recorrem ao bloqueio, os agroindustriais recorrem ao bloqueio (eles chamam de tratoração), toda vez que consideram que seus interesses estão sendo afetados pelo poder central. A forma da medida de pressão e a intensidade de sua aplicação dependem das condições, da classe social que as executa e da dimensão do mal-estar social que irradia diante das políticas do governo de turno.

É a maior estupidez acreditar que os bloqueios serão extintos com uma lei que os proíba. Apenas os conflitos sociais se tornarem tensos e as massas não tiverem alternativa a não ser ir às ruas, inevitavelmente recorrerão a bloqueios novamente. A verdadeira intenção de uma “lei antibloqueio” é criar um arcabouço legal para perseguir e tentar silenciar o protesto social por meio do medo e da repressão policial e militar. O objetivo é fazer os explorados do campo e da cidade baixarem a cabeça. Esmagar a resistência operária e popular é uma necessidade para a burguesia avançar na aplicação das políticas vende-pátria e de fome.

Quando se trata de enfrentar políticas antinacionais, antioperárias e antipopulares, como querer vender os recursos naturais do país em malbarato, descarregando a crise sobre o povo (DS 5503), nesse caso o bloqueio tornou-se nacional, pois interpreta os interesses nacionais diante da subjugação dos ricos e poderosos que querem impor seus interesses em detrimento da maioria do país, mesmo que setores pequeno-burgueses sejam “prejudicados”. Sua estreiteza mental individual não lhes permite enxergar além do que está em jogo é a submissão total do país ao imperialismo.

O bloqueio de estradas, assim como outros métodos de luta, é o recurso daqueles que estão em desvantagem contra os donos do poder. O Estado, como representante dos interesses gerais da classe capitalista, concentra a força compulsiva para impor suas políticas; a burguesia controla a mídia para impor seu ponto de vista e moldar a opinião pública a seu favor. O que os explorados têm para se defender e enfrentar os donos do poder econômico e político e a brutalidade policial-militar inerente a eles? Apenas sua capacidade de se organizar e desenvolver ações baseadas na mobilização das massas, que recorrem a métodos que correspondem à sua experiência, à sua situação de vida, ao lugar que ocupam na produção. Por isso, a greve para paralisar

a produção ou a ocupação de fábricas ou minas é um método tipicamente proletário, ou as mobilizações e lutas de rua um método tipicamente estudantil e das classes médias urbanas, e é assim que o bloqueio das estradas é um método desenvolvido pelos camponeses e que, em vista de sua eficácia em pressionar o poder de turno, foi adotado por outros setores urbanos. Sua eficácia se baseia justamente no fato de paralisar a circulação de mercadorias. Assim, quando a greve geral que paralisa a produção e o bloqueio das estradas que paralisa a circulação de mercadorias ocorrem simultaneamente, o conflito imediatamente adquire contornos político-insurrecionais que questionam o destino do governo, até mesmo do próprio Estado burguês.

## Participação do Secretário Geral do POR boliviano no programa de rádio “Diálogo na Panamericana”, no dia 10 de janeiro de 2026

*No dia 10 de janeiro o Secretário Geral do POR boliviano participou de um debate no canal Panamericana. O mesmo discutiu durante o programa com um deputado de direita (Carlos Alarcón) e um político de direita (Carlos Cordero) acerca dos conflitos recentes que mobilizaram as massas trabalhadoras bolivianas contra as primeiras medidas do governo recém eleito e abordaram também a agressão imperialista contra Venezuela. Ao contrário dos outros dois debatedores, que apresentaram o atual governo como sendo a redenção da democracia e da paz social, e que superaria os “20 terríveis anos” do MAS no comando do estado, o Secretário Geral do POR fez a defesa do método de ação direta das massas para derrotar o governo, enfatizou a oposição que o POR boliviano fez ao governo do MAS desde o primeiro dia e defendeu a perspectiva estratégica da classe operária: a revolução e ditadura proletárias.*

"Devo começar por agradecer-lhe o convite e saudar os debatedores.

Vocês sabem, nós, do Partido Operário Revolucionário, somos marxistas. Procuramos explicar os fenômenos a partir da luta das classes. Acho que ninguém negará que em uma sociedade qualquer não somos todos iguais. As sociedades estão divididas historicamente em classes sociais, segundo as relações que se estabelecem no processo da produção, ou seja, no processo de como se consegue para a sociedade os bens de que se necessitam. Vivemos no capitalismo.

E como se caracteriza o capitalismo? Há uma classe dominante que é a proprietária dos instrumentos com que se trabalha, os meios de produção, como o chamava Marx. E há outro setor da sociedade que é o que faz funcionar esses meios de produção, que é a que realiza o trabalho. E o produto do trabalho é a riqueza da sociedade. Por exemplo, agora que se tem criticado tanto os mineiros que estão nas ruas – ganham 300,30 mil bolivianos – se lhes insulta de “ociosos, que vão trabalhar”.

Quando os mineiros, por exemplo, que trabalham por peça. Eles têm um salário que se chama conta-casa, que é da ordem dos três mil e algo. Esse é o seu salário. E depois recebem um salário por peça. Dão, por exemplo, a um conjunto, que tem à cabeça o perfurador etc., e de acordo com o avanço que há, lhes dão um bônus. Por exemplo, têm de perfurar um quadro de 4 por 4 metros e 40 de profundidade. E, de acordo com o avanço, vão recebendo, digamos, um bônus. Em condições, como agora, em que os preços são altos, esse bônus se eleva, mas não todos recebem por igual. O perfurador é o que recebe mais, e, depois, proporcionalmente, essa é a forma com que recebem o salário. Mas, quando eles tiram a carga, digamos que já foi muito bem, de tal forma que, quando fazem a avaliação, eles recebem um salário de 20 mil, ou 30 mil. No entanto, essa carga que eles tiraram representa milhares de

dólares. Então, esse trabalhador que ganha assim, está gerando riqueza que vai ao Estado. E com isso comem, e com isso mantêm parte da educação, e com isso manejam também as necessidades do Estado. E os estúpidos dizem: “vão trabalhar seus ociosos”.

Além disso, como é o trabalho mineiro? Cada vez que você entra na mina, não sabe se vai sair. E se sair, sai doente. Porque estava a 40 graus de temperatura lá dentro e lá fora, abaixo zero. Bom, não somos iguais. Temos interesses opostos. Qual é o interesse do explorador? (...) Seu interesse na produção é o lucro. O que, o marxismo explica, vem da mais valia. Do valor que o trabalho do operário gerou, se lhe devolve em forma de salário apenas uma pequena. O valor excedente vai para o bolso do patrão. Assim funciona o capitalismo. (...).

Como é o capitalismo em Bolívia? É de capitalismo atrasado, porque o País não teve oportunidade nem possibilidade de um desenvolvimento econômico, industrial. É um país que não tem indústria. Por isso, tudo se importa. (...) Somos um país importador de tudo, e só produtor de matéria-prima. Não somos capazes de transformar o estanho que sacamos em calamina. Isso temos que comprá-lo do exterior. (...) Somos um país capitalistas, porque estamos integrados à economia capitalista mundial como provedores de matérias-primas, mas subsistem todas as formas de atraso pré-capitalistas. A produção sem máquinas etc. Desde a sociedade primitiva, ainda temos tribos que existem como realidade no Oriente.

É sobre essa base, de compreender a estrutura econômica do país, é que, por exemplo, na Tese de Pulacayo, se assinala que já não é possível, na época atual do capitalismo mundial na Bolívia se possa desenvolver a industrialização do país. Esse caminho está fechado. E a burguesia nacional não tem capacidade para isso. A isso se deve sua condição de classe vende pátria. Por sua própria limitação e incapacidade. Que burguesia, por exemplo, vai montar aqui uma indústria de tecnologia mais avançada? Não há como. Então é uma classe que vive à sombra dos interesses das empresas estrangeiras. (...)

A base do decreto pressupõe que o desenvolvimento do país venha de fora, como o tonto do presidente diz todos os dias. Pretende abrir Bolívia ao mundo e o mundo à Bolívia. Quer dizer, abrir a Bolívia ao mundo, e que venham o capital imperialista saqueie com total liberdade. (...) Mas a Bolívia é um país tão conflituoso, devido aos níveis de miséria, à ausência de fontes de trabalho etc. Ninguém deveria se surpreender que seja um país terrivelmente convulsivo. Porque há muito atraso, muita miséria, muita pobreza. E uma classe dominante incapaz, que não pode resolver os problemas. O que pode fazer é reforçar a condição de semicolônia, para que se imponham os interesses das empresas

transnacionais. O louco presidente dos Estados Unidos ditou as condições: se querem investimentos, primeiro têm de nos dar garantias totais. Têm de abrir completamente ao ingresso das empresas norte-americanas para a exploração daquilo que nós precisamos.

Por isso que o decreto coloca tudo isso, por exemplo, o Fast Track etc. Ou seja, eliminar qualquer trava que entre o governo e a empresa. (...) O outro problema diz respeito a que é absolutamente necessária a desvalorização (...). Vem condicionada a isso, a exigência de acabar com a subvenção aos combustíveis, porque, efetivamente, é um peso para o Estado. (...) Do ponto de vista de um governo, cuja ideologia é burguesa, quem tem de que carregar o peso da crise são os explorados. E quem tem de impulsionar o desenvolvimento são os de acima. Por isso, todas as liberdades para os agroindustriais, para os cooperativistas do ouro etc., que têm sob seu controle o ingresso de divisas no, porque vendem em dólares. Todas as vantagens a eles, para que se desenvolvam. E que a carga da crise recaia sobre as costas da maioria. (...) Por isso sai este decreto com tais características.

Procuo explicar porque este país é tão convulsionado, com camponeses bloqueando etc. (...) Fundamentalmente, temos uma ampla classe média, que nem é burguesia, nem proletariado, que ganha a vida por conta própria. (...) Essas pessoas, os de abaixo, são os que têm de suportar agora as consequências do cancelamento da subvenção. Por que este governo toma essa medida tão drástica? Porque o faz desde o ponto de vista dos interesses da classe dominante. Havia, então, outra resposta que não fosse as dos agroindustriais, cooperativistas do ouro e banqueiros, que enriqueceram como nunca nos governos do MAS. Antes os obrigavam a cobrir primeiro as necessidades internas, mas agora dizem: não, não queremos isso. (...) Queremos exportar livremente e que morram de fome os demais, o que nos importa? Que se pague pela carne a preço internacional, que vai continuar subindo.

Com salários nacionais, não internacionais, se espera que pague o que se paga no exterior.

Outra resposta é que os exploradores paguem pela crise, porque eles a geraram. Que os dólares que ganham os agroindustriais e latifundiários, os milhões de dólares que sacam os cooperativistas do ouro com toda a especulação que fizeram com os dólares, os banqueiros etc. sejam colocados à disposição do Banco Central. Ou seja, obrigar os ricos a que tragam toda a riqueza que se produziu no país para que esteja em suas mãos, para que com isso se possa sustentar a subvenção aos carburantes. Essa é a resposta oposta que uma classe consciente deveria opor à resposta burguesa.

Agora, não é verdade que a crise seja consequência só da política do MAS. Quando Evo Morales chegou ao poder, o que foi que o POR disse? Fez a pergunta: Sr. Morales, qual é a sua posição diante da grande propriedade privada? E o que respondeu Evo Morales? Sou respeitoso. Ah, você respeita a grande propriedade privada. Então o seu governo vai governar para eles, para os ricos, para os burgueses, porque essa é a sua concepção. E o destino do seu governo vai ser acabar no charco da corrupção da politicagem burguesa. Por que não vão vir acima de nós com o conto de que os únicos corruptos neste país eram os do MAS. Todos os governos entram e se matam para serem membros do Estado para roubar. (...) Privatizam empresas estatais e depois as repassam a eles próprios. Assim são formadas as grandes fortunas.

Então, qual é a resposta? Não vai ser no marco do capitalismo que os explorados encontrarão a resposta. Como se desenvolve, como se supera o atraso e a miséria? Então, o POR faz a defesa de que é preciso uma revolução, que arranque do poder a classe dominante inútil, e estabeleça um novo Estado de operários, camponeses e classes médias empobrecidas, que vai ter outro conteúdo, pois, e é uma revolução social. (...)"

*(Observação, devido ao espaço, transcrevemos uma pequena parte do pronunciamento de Alfonso Velarde, Secretário Geral do POR)*

## Argentina

# Organizar a luta contra a reforma!

## (Extraído do Masas argentino N° 496 de 22 de janeiro de 2026)

A recente confirmação de que a Reforma Trabalhista tramitará no Senado a partir de 11 de fevereiro marca um novo ponto de inflexão. O governo planeja sua completa aprovação antes do início das sessões ordinárias em 1º de março. Santilli (Ministro do Interior), em sua visita aos governadores, e Patricia Bullrich do Senado concordam que já teriam o número necessário de votos em ambas às câmaras para conseguí-lo. Isto constitui um chamado urgente para se organizar e enfrentar o ataque da burguesia e de seu governo.

Apesar da verborreia nos discursos de 18 de dezembro, o atual triunvirato da CGT ainda não confirmou nenhum plano de luta ou mobilização para enfrentá-lo. Sua preocupação é conseguir algumas reuniões sem transcendência com governadores ou legisladores. As iniciativas estão começando a surgir de alguns setores, como Aceiteros, UOM e ATE, entre outros, em face à passividade da central.

Diante desse panorama, não há dúvida de que o confronto contra a Reforma Trabalhista antioperária deve ser tomado em nossas mãos. Discutindo em todos os locais de trabalho, estudo, nos bairros, explicando o enorme retrocesso que isso representa em nossas condições de trabalho e moradia, o desfinanciamento dos nossos fundos de aposentadoria e a precariedade dos nossos acordos.

Isso não significa, de modo algum, abandonar nossas organizações de luta, como os sindicatos e as CGT/CTAs. Devemos estender e conformar por todo o país as frentes contra a reforma trabalhista, buscando organizar todos os oprimidos e atraí-los

para a ação comum. Intervindo em cada ação de coordenação para impulsionar a luta em unidade.

Somente por meio desse paciente trabalho unitário poderemos impor não apenas um posicionamento verbal contra a Reforma, mas também as imprescindíveis greves, mobilizações, bloqueios e piquetes. Não será por meio de legisladores ou da justiça que poderemos impedir esses planos. Apenas a luta de massas, a ação direta, com os métodos históricos do proletariado, poderá derrotá-los.

A recuperação da CGT das mãos da apodrecida burocracia para colocá-la a serviço de nossas demandas, interesses e reivindicações, é o caminho para enfrentar a reforma trabalhista escravagista, a política geral da burguesia e os governos fantoches do imperialismo.

Pela estruturação da frente única contra a Reforma Trabalhista! Vamos organizar a luta para esmagar os planos da burguesia!

## Derrotar a reforma trabalhista do FMI e das grandes corporações só será possível com os métodos da classe operária, com a greve e a mobilização

Ninguém pode realmente acreditar que o interesse do FMI e das grandes corporações nacionais e estrangeiras seja melhorar a situação dos trabalhadores. Seus interesses são contrários aos interesses dos trabalhadores e da nação. Nada do que eles

propõem pode trazer qualquer benefício. O fundamental para eles é aumentar a taxa de lucro sobre o capital. Estão convencidos de que é hora de ir a fundo no ataque aos trabalhadores. Transformar em lei aquilo que já estão impondo, especialmente contra a juventude trabalhadora.

Não se importam que a Reforma possa violar a Constituição e as leis em vigor, sua política pisoteia toda legalidade. A Constituição também estabelece o salário mínimo vital e móvel...

Querem destruir direitos históricos e o sistema de relações trabalhistas. Pretendem liquidar a representação dos trabalhadores e de seus sindicatos impondo limitações ao direito de organização e ao direito de greve. Querem acabar com os acordos coletivos e a legislação que rege algumas atividades. Não se trata de reformar ou eliminar alguns artigos, deve ser rejeitado como um todo.

Os grandes capitalistas usam todos os meios de comunicação e todos os métodos de coerção para impor essa Reforma. Utilizam bonitas palavras como "modernização", "atualização" ou "salários dinâmicos" para justificar seu ataque.

As medidas de flexibilização trabalhista já foram testadas no país e fracassaram. Não criaram mais empregos e tornaram as condições de trabalho mais precárias. Esta reforma não é para criar empregos, não é para formalizar trabalhadores informais, não é para acabar com a monotributação nem com os contratos eventuais.

Os líderes da CGT podem consultar trabalhadores em outros países onde essas reformas estão sendo implementadas para constatar o retrocesso que significam para o conjunto.

Não confiar nos governadores, não confiar nos legisladores, nem no Judiciário. Todos são responsáveis pelo saque, pelo endividamento, pela subjugação do país, fazem parte de um

sistema que garante o poder de uma pequena minoria rica e concentrada. A CGT e os sindicatos devem promover assembleias de trabalhadores, plenárias, reuniões para debater como derrotamos a Reforma e como lutamos por salários e contra demissões. Essa é a voz que precisa ser ouvida!

Confiemos apenas nos métodos de luta da classe operária, em sua própria organização e perspectiva. A mobilização de dezembro foi uma demonstração da vontade de luta nas bases. É necessário preparar uma grande greve ativa desde as bases. Parar o país, conquistar as ruas. A CGT e os CTAs devem definir uma data para isso.


A UOM afirma que convocará uma greve e mobilização, assim como outros sindicatos industriais e de transporte, no dia em que o projeto de lei for discutido no Senado, 11 de fevereiro. Lançaram uma convocação para 21 de janeiro na sede da UOM para preparar as medidas.

A filial Villa Constitución da UOM anunciou uma greve por tempo indeterminado em Acindar a partir de 19 de janeiro, denunciando demissões arbitrárias e um plano de precarização laboral lançado pela patronal da siderúrgica sob a desculpa de queda na produção.

Devemos aproveitar todas as instâncias para promover a unidade do movimento para a ação. Para rejeitar qualquer manobra divisionista que separe os trabalhadores de uma fábrica ou sindicato, e para rejeitar qualquer adiamento da liderança da CGT em convocar uma greve geral. Devemos quebrar qualquer ideia de aceitação parcial da Reforma. O objetivo central hoje é derrotar a reforma trabalhista das grandes corporações e do FMI como um todo.

# **102 anos** do falecimento de **Vladimir I. Lênin**

**Memória eterna ao dirigente da Revolução Russa, fundador da III Internacional e construtor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**



*No Jornal Massas 756, iniciamos uma breve exposição sobre o percurso da militância revolucionária de Lênin. Agora, damos continuidade com a segunda parte. A primeira, chegou ao ponto em que a revolução proletária se impõe, o Partido Bolchevique se encontra à frente e se confirmam as posições de Lênin. Em continuidade, começaremos com a realização do VII Congresso do partido.*

## **Lênin - Uma vida dedicada à revolução proletária na Rússia e ao internacionalismo marxista**

A derrubada do governo burguês provisório, chefiado por Kerenski e sustentado pelos socialistas revolucionários e mencheviques, colocou o Partido Bolchevique em uma posição histórica de materialização do socialismo científico, formulado por Marx e Engels.

O VII Congresso dos bolcheviques, realizado em 6 de março de 1918, em Petrogrado, se distinguiu dos anteriores pelo fato de expressar a conquista do poder, o início da edificação do Estado operário e os primeiros passos da transição do capitalismo ao socialismo. Colocou em relevo o conteúdo e a forma do poder dos soviets.

Lênin, entre os demais dirigentes da revolução, foi quem melhor entendeu o processo de constituição do duplo poder, cujo desenvolvimento daria lugar à revolução proletária ou seria liquidado pela contrarrevolução. Esse fundamento histórico amparou o primeiro Congresso de um partido marxista no poder do Estado e na direção do movimento de derrocada do capitalismo e transformações nas relações de propriedade, que levariam à luta

do proletariado mundial pelo fim da sociedade de classes. Era o VII Congresso do Partido Bolchevique, mas o primeiro a ser realizado para responder aos grandes problemas iniciais colocados pela revolução.

A conquista do poder ocorreu na situação de catástrofe provocada pela Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914. Sob a direção de Lênin, os bolcheviques haviam acumulado importantes experiências internacional e nacional com a guerra imperialista e formulado as bases fundamentais do programa proletário nos marcos do capitalismo imperialista, do desenvolvimento desigual da economia, da opressão nacional e das anexações.

Os bolcheviques se destacaram antecipadamente à eclosão da Primeira Guerra trabalhando no interior da II Internacional, em cujo seio se gestava e potenciava o socialchauvinismo, que revisava o internacionalismo marxista e que finalmente levaria à liquidação da internacional socialdemocrata.

Em 3 de setembro de 1917, portanto, quase às vésperas da revolução, Lênin em uma breve nota "A propósito de Zimmerwald"

defendeu a ruptura, a convocação de uma conferência das esquerdas e levantou a bandeira pela constituição da III Internacional. Esse percurso foi fundamental para a realização do VII Congresso, que aprovou uma resolução “Sobre a guerra e a paz”.

Antecedendo ao Congresso, a dura e difícil discussão e resolução sobre a assinatura da paz de Brest-Litovski com as forças alemãs ocupantes de uma parte do território russo. A afirmação da posição de Lênin a favor da assinatura se deu em 24 de fevereiro de 1918, com a votação da “Resolução do Conselho de Comissários do Povo sobre a aceitação das condições de paz dos alemães”.

O acerto da posição de Lênin finalmente demonstrou a segura tese de que a aceitação de um acordo tão negativo era a condição de sobrevivência do regime soviético e fortaleceu ainda mais suas formulações que constam da “Resolução sobre a guerra e a paz”.

Cabe ressaltar a sua linha internacionalista: “O Congresso considera que a única garantia segura da afirmação da revolução socialista triunfante na Rússia é a sua transformação em revolução operária mundial. (...) Somente demos os primeiros passos para nos livrar do capitalismo e começar a transição ao socialismo. Não sabemos e não podemos saber quantas etapas de revolução o socialismo terá. Isso depende de que comece a total revolução socialista europeia, de que derrote seus inimigos, e entre no caminho aplainado pelo desenvolvimento socialista fácil e rapidamente, ou com lentidão. Não sabemos isso, e o programa de um partido marxista deve fundamentar-se nos fatos estabelecidos com absoluta precisão”. (...)

“Também é um fato evidente para nós, ao qual nos devemos referir com clareza, que o imperialismo inicia a era da revolução social. (...) Tal é a base, que considero a única teoricamente correta, para estruturar um programa. Deixar de lado como se tratasse de detritos, análise da produção mercantil e do capitalismo, é algo que não pode inferir-se do caráter histórico dos acontecimentos atuais, pois não fomos mais além dos primeiros passos na transição do capitalismo ao socialismo, em nosso caso isso se complica por certas particularidades da Rússia, e que não existem na maioria dos países civilizados. Assim, não só é possível, mas inevitável, que na Europa essas etapas de transição sejam diferentes; e seria teoricamente incorreto fixar toda a atenção nas etapas de transições nacionais específicas, que para nós são essenciais, mas na Europa podem não o ser. Devemos começar com a base geral da produção mercantil, da transição ao capitalismo, e da transformação do capitalismo em imperialismo. Dessa forma, ocuparemos e consolidaremos uma posição teórica, da qual ninguém, sem trair o socialismo, pode desviar-nos. Daqui surge uma conclusão também inevitável: se inicia a era da revolução social”.

Esses fundamentos apresentados no “Informe sobre a revisão do programa e sobre a mudança do nome do partido” indicaram o reconhecimento de Lênin que havia chegado o momento de aprimorar o programa do partido e, assim, mudar o nome de Partido Operário Socialdemocrata dos Bolcheviques da Rússia para Partido Comunista (dos bolcheviques) da Rússia. A revisão programática se tornou imprescindível nas novas condições históricas abertas pela revolução, condições essas caracterizadas pelo processo de transição do capitalismo ao socialismo. Destacaram-se não só as formulações sobre os problemas concretos do internacionalismo proletário como também das transformações internas à Rússia.

O VII Congresso formulou uma posição sobre o novo Estado que emergiu da revolução social: “(...) o poder soviético é um novo tipo de Estado, sem burocracia, polícia, nem exército regular, um Estado em que a democracia burguesa foi substituída por uma nova democracia, uma democracia que coloca em primeiro plano a vanguarda das massas trabalhadoras, faz delas legisladores, executores e responsáveis pela defesa militar, e cria um aparato que pode reeducá-las”. (...)

“Na Rússia, esse processo apenas começou, e começou mal. Se somos conscientes do que está mal naquilo que começou, poderemos superá-lo, sempre que a história nos permita trabalhar

um tempo conveniente nesse poder soviético. Por isso, me parece que a definição de um novo tipo de Estado deve ocupar nosso programa em um lugar destacado”. (...)

“O Estado é o aparato repressivo. É necessário reprimir os exploradores, mas não é possível fazê-lo mediante a polícia; as próprias massas devem realizar essa tarefa. O aparato deve estar ligado às massas, deve representá-las, como o fazem os soviets. (...) O poder soviético é o aparato que permitirá as massas começar imediatamente a aprender a governar o Estado e a organizar a produção em escala nacional”.

As questões da guerra e da organização do Estado soviético, amparadas nas diretrizes concretas do internacionalismo proletário, estiveram no centro do VII Congresso.

O IV Congresso extraordinário dos soviets de toda a Rússia, realizado de 14 a 16 de março de 1918, aprovou por imensa maioria o acordo de Brest-Litovski. Lênin no encerramento do Congresso mostra-se cuidadoso com a crítica àqueles que não seguiram e até opuseram à sua linha. Eis: “É, porém, completamente impossível chamar de agentes do imperialismo àqueles que verdadeiramente declararam guerra contra ele; que romperam os tratados assumindo os riscos consequentes; que procuraram prolongar as negociações de Brest sabendo que isso arruinaria o país; que suportaram a ofensiva militar, e uma série de derrotas sem precedentes, mas nada ocultaram ao povo”.

Vencida essa etapa, tratava-se de entender e assumir com decisão o que estava para ser construído. Lênin redigiu um importante documento “As tarefas imediatas do poder soviético”, que foi apresentado na reunião do Comitê Central de 26 de abril de 1918 e aprovado por unanimidade.

Em julho de 1918, o V Congresso dos soviets aprovou a primeira Constituição da República soviética, consolidando a concepção marxista do Estado operário. Esse intenso trabalho de formulação programática e de organização do poder soviético ocorria em uma situação conflituosa, devido às tentativas da contrarrevolução de enfraquecer os bolcheviques e inviabilizar os novos passos de consolidação da tomada do poder.

Lênin se via diante de acontecimentos que lembravam a fragilidade da Comuna de Paris, por não ter à sua frente um partido revolucionário que encarnasse a ditadura do proletariado. Ou se esmagava as forças da contrarrevolução interna, que se apoiavam no cerco do imperialismo, ou essas acabariam por esmagar as forças da revolução. É o que explica a decisão de executar em julho a família do czar Nicolau Romanov.

Entre maio de 1918 e novembro de 1920, se desenvolveu a acirrada guerra civil. Inicialmente, o imperialismo alemão desatou uma ofensiva para ocupar território e liquidar o novo poder soviético. A Inglaterra, França e Estados Unidos deram continuidade com o mesmo objetivo. Somente no final de 1920, o Exército Vermelho havia conseguido resistir à contrarrevolução interna encabeçada principalmente pelos socialistas revolucionários, tanto de direita quanto de esquerda, e desmontado o cerco do imperialismo. Em meio a essa situação, a Polônia continuava a insistir no caminho da guerra. O Exército Vermelho a invadiu e acabou sendo derrotado pelo exército de Józef Piłsudski. A Paz de Riga de 1921 encerrou o período de invasão imperialista, de guerra civil e, portanto, de investida da contrarrevolução.

Em 30 de agosto de 1918, Lênin foi atingido por disparos, depois de ter participado de uma reunião aberta com operários, que não lhe tiraram a vida, mas deixaram sequelas que mais tarde se manifestariam e contribuiriam com a sua enfermidade, no final de 1921.

A reação da socialdemocracia revisionista atacou duramente os bolcheviques acusando-os de praticar o terrorismo. Em resposta, Lênin redigiu, em outubro de 1918, o livro “A revolução proletária e o renegado Kautsky”.

*Observação: daremos continuidade no próximo Jornal Massas.*